

CÉLIO DO PRADO GUIMARÃES FILHO

**OS EFEITOS DO JULGAMENTO DOS RECURSOS
ESPECIAIS REPETITIVOS:
Juízo de admissibilidade e juízo de mérito**

BRASÍLIA

2010

CÉLIO DO PRADO GUIMARÃES FILHO

**OS EFEITOS DO JULGAMENTO DOS RECURSOS
ESPECIAIS REPETITIVOS:
Juízo de admissibilidade e juízo de mérito**

Trabalho de Monografia apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília.

Professor Cesar Binder

BRASÍLIA

2010

A justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta.

Rui Barbosa

RESUMO

O presente trabalho tem como característica principal uma abordagem acerca da missão da uniformizadora do recurso especial e a defesa da lei federal. Inicialmente dispõe sobre os critérios e particularidades dos juízos de admissibilidade dos recursos de modo geral. Em seguida aborda o histórico do Recurso Especial, sua natureza jurídica, cabimento e demais especialidades. É exibido um enfoque na questão dos recursos especiais repetitivos, tratada no art. 543-C do CPC, introduzido pela Lei 11.672, de 08.05.2008. Outrossim, é apresentado um estudo expositivo da Resolução nº 08/2008 do STJ que regulamentou a aplicação da supracitada lei, estabelecendo procedimento para o processamento e julgamento dos recursos especiais repetitivos. São abordados também os problemas e conseqüências do acúmulo de processos nos tribunais superiores, principalmente no Superior Tribunal de Justiça a quem a Constituição Federal designou como responsável pela defesa da lei federal e pela uniformização da jurisprudência.

Palavras-chave: Direito Processo Civil; Juízo de admissibilidade e de mérito; recurso especial; recursos repetitivos – reunião de processos – efeitos do julgamento do recurso repetitivo; Lei 11.672/09.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS.....	10
1. 1. Considerações iniciais.....	10
1. 2. Juízo de admissibilidade.....	12
1. 2. 1. <i>Requisitos de admissibilidade</i>	14
1. 2. 1. 1. Requisitos intrínsecos.....	14
1. 2. 1. 2. Requisitos extrínsecos	15
1. 2. 2. <i>O entrave à análise de mérito e suas exceções</i>	16
1. 2. 3. <i>Juízo positivo de admissibilidade</i>	17
1. 2. 3. 1. Efeitos os juízo positivo de admissibilidade	19
1. 2. 4. <i>Juízo negativo de admissibilidade.</i>	20
1. 2. 4. 1. Recorribilidade das decisões sobre o juízo negativo	21
1. 3. Juízo de Mérito.....	23
1. 3. 1. <i>Definição</i>	23
1. 3. 2. <i>Espécies de juízo de mérito: errores in iudicando e errores in procedendo</i>	23
1. 3. 2. 1. <i>Error in iudicando</i>	24
1. 3. 2. 2. <i>Error in procedendo</i>	25
1. 3. 3. <i>Distinções entre o mérito da causa e mérito do recurso</i>	26
2. RECURSO ESPECIAL.....	28
2. 1. Origem histórica.....	28
2. 2. Definição	30
2. 3. Pressupostos próprios para admissibilidade do recurso especial.....	31
2. 3. 1. <i>Cabimento.....</i>	31
2. 3. 2. <i>Causas decididas em única ou ultima instância</i>	32
2. 3. 2. 1. Conceito de causas decididas	32
2. 3. 2. 2. Esgotamento das vias recursais	34
2. 3. 3. <i>Contrariar ou negar vigência a lei federal ou tratado.....</i>	35
2. 3. 3. 1. Conceituação da expressão “lei federal”	35
2. 3. 3. 2. Os tratados	37
2. 3. 3. 3. Sentido das expressões “contrariar” e “negar vigência”	39
2. 3. 4. <i>Decisão que julga válido ato de governo local contestado em face de lei federal</i>	40
2. 3. 5. <i>Dissídio jurisprudencial.....</i>	41
2. 3. 6. <i>Prequestionamento</i>	42
2. 4. Processamento do recurso especial.....	43
2. 5. A Lei nº 11.672/08.....	44
2. 5. 1. <i>O novo processamento do recurso especial no contexto da Lei nº 11.672/08.....</i>	44
2. 5. 2. <i>A resolução nº 08/2008 do STJ.....</i>	48

3. EFEITOS DO JULGAMENTO DOS RECURSOS	
REPRESENTATIVOS.....	53
3. 1. Da escolha do recurso paradigma e o efeito vinculante de seu julgamento	53
3. 2. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito no recurso especial repetitivo.....	57
3. 3. As semelhanças e discrepâncias entre a Lei nº 11.672/08 com a repercussão geral do recurso extraordinário.....	58
3. 4. Medidas cabíveis à parte para refutar o sobrestamento de seu recurso	60
3. 5. Da hipótese de desistência após a afetação do recurso à sistemática dos recursos repetitivos	62
3. 6. Resultado da nova metodologia de processamento do recurso especial.....	66
CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIA	71

INTRODUÇÃO

Observa-se nos últimos anos um aumento dos processos em curso nos tribunais, sendo a principal razão destas ocorrências a impossibilidade fática dos órgãos do poder judiciário apreciá-los em tempo hábil. Dessa problemática, verifica-se um grave problema na medida em que os tribunais se encontram compelidos a lidar com demandas superiores as suas capacidades, o que resulta em uma atuação desvirtuada da competência técnica que muitas destas lides exigem, em razão da complexidade das questões nelas versadas.

Neste sentido, tem-se desenvolvido nos últimos anos meios procedimentais aptos a lidar com a grande quantidade de ações nos tribunais. Objetivando conferir maior celeridade e racionalidade na prestação jurisdicional que o legislador tem instituído meios procedimentais capazes de superar essa crise numérica, a inclusão do artigo 543-C no CPC como o mais recente deles.

É seguindo o contexto ora apresentado que o presente trabalho foi desenvolvido com o foco voltado para a verificação dos efeitos da Lei 11.672/2008 no diploma processual civil, que prevê nova modalidade de processamento para o julgamento dos recursos especiais que possuem idêntica questão de direito (recursos especiais repetitivos), na sistemática recursal brasileira e celeridade e a efetividade da prestação no âmbito do STJ.

O ensejo do estudo remete a temas amplamente discutidos pela doutrina, embasando-se, outrossim, em posicionamentos jurisprudenciais que reforçam a necessidade do desenvolvimento de meios aptos a lidar com o excessivo numero de processo nos tribunais. Nesta seara, a lei dos recursos especiais repetitivos aspira privilegiar o papel do STJ

de interpretador da legislação infraconstitucional, de modo a estabelecer um entendimento consolidado da corte sobre algumas matérias específicas e, ato contínuo, aplicá-lo unificadamente em milhares de recursos especiais em trâmite neste Tribunal resultando, por conseguinte, na concretização do princípio da razoável duração do processo.

A vigência da lei é recente, sendo aplicada pela corte superior desde agosto de 2008. Destarte, em razão do fato dela estar em vigor a mais de um ano e meio, ao final do presente estudo será possível apresentar uma análise concreta acerca do objetivo precípua dela, qual seja, solucionar o problema da grande quantidade de recursos em curso no Superior Tribunal de Justiça.

Será demonstrado que a nova lei trata do interesse público de modo distinto, ao aprovar a deliberação de vários processos simultaneamente orientando os juízes na aplicação da interpretação das teses constituídas pelo STJ.

O objetivo geral do trabalho consiste em estabelecer um estudo em face do instituto do Recurso Especial, notadamente quanto aos Recursos Especiais Repetitivos, a busca pela concretização do direito de acesso a justiça pela efetivação do princípio da razoável duração do processo. Outrossim, se discorrerá acerca da celeridade dos julgamentos do STJ, inquirindo na sua pertinência no ordenamento pátrio.

Finalmente, se busca com este trabalho efetuar um estudo aprofundado dos efeitos que o julgamento do recurso paradigma (*leading case*) provocará sobre os demais recursos sobrestados na origem na hipótese de julgamento do apelo especial sob a nova espécie de processamento. Será apontado se o novo dispositivo processual estabeleceu um novo requisito de admissibilidade para o recebimento ou conhecimento do recurso, ou se a análise da questão idêntica se remete apenas ao mérito da questão.

Para efetivação deste estudo, serão analisados os seguintes pontos: (a) examinar os conceitos e características inerentes ao juízo de admissibilidade e ao juízo de mérito dos recursos em geral; (b) quais os requisitos de admissibilidade dos recursos e a limitação à análise do mérito da questão; (c) as espécies de juízo de mérito – *error in judicando* e *error in procedendo*; (d) a instauração do STJ e a instituição do recurso especial no cenário processual brasileiro discriminando acerca de sua origem histórica; (e) hipóteses de cabimento, admissibilidade, competência, efeitos da interposição, legitimidade, interesse recursal, tempestividade, regularidades formais, procedimento no tribunal do recurso especial; (f) as inovações introduzidas pela Lei nº 11.672/2008, analisando o novo modelo de processamento do recurso especial e indagando sua pertinência no ordenamento brasileiro; (g) os efeitos e repercussões não antecipadas pelo legislador na inclusão do artigo 543-C no CPC e as soluções dadas pelo Superior Tribunal de Justiça.

1. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS

1. 1. Considerações iniciais

Os recursos em geral têm por finalidade, devolver a matéria ao órgão jurisdicional competente, a fim de que ele reaprecie a questão em exame. Neste diapasão, ele prolonga a solução da lide indefinidamente, até que seja proferida nova decisão sobre o tema, mesmo que esta venha a adotar a mesma tese da deliberação recorrida.¹

Adequado, portanto, que a lei imponha condições ou pré-requisitos antes de analisar o mérito do recurso, ou seja, as teses e argumentos que são dispostos nas razões da petição. Ao exame desse conjunto de exigências dá-se a denominação de requisitos de admissibilidade dos recursos.

Sobre o tema, assim se manifesta Bernardo Pimentel Souza:

Também nos recursos haverá sempre a necessidade de uma investigação prévia, destinada a averiguar se o recurso é possível, numa dada hipótese, e se aquele que o interpôs cumpriu todos os requisitos exigidos por lei para que tal inconformidade merecesse o reexame pelo órgão encarregado de julgá-lo. Este exame preliminar sobre o cabimento do recurso denomina-se *juízo de admissibilidade*, transposto o qual, em sentido favorável ao recorrente, passará o órgão recursal ao *juízo de mérito* do recurso.²

É nítida a co-relação existente entre ação e recurso. Por isso mesmo, aqueles fundamentos atinentes às condições da ação, vale dizer, possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual (art. 267, VI, CPC), são, agora, transportados para a fase recursal. Com efeito, não há como não equiparar as condições da ação com os requisitos de admissibilidade dos recursos. Não obstante, deve-se traçar uma clara distinção aqui, vez que enquanto os vícios derivados das condições da ação não bloqueiam a renovação

¹ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 22.

² SILVA, Olvídio A. Batista da. **Curso de processo civil**. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 411.

da demanda, as distorções concernentes ao juízo de admissibilidade impedem definitivamente o emprego da via recursal.

Uma vez que o recurso interposto preencha todos os requisitos de admissibilidade exigidos pela lei, passa o julgador à análise do juízo de mérito. Com efeito, a linguagem forense diz que este recurso foi recebido, configurando-se portanto, o primeiro juízo de admissibilidade.³

Estudando o ordenamento pátrio, fica patente que, em sua maioria, os recursos possuem um duplo juízo de admissibilidade. Primeiramente, eles são analisados pelo órgão de interposição (órgão *a quo*), para finalmente serem reexaminados os pressupostos de admissibilidade, agora pelo tribunal competente para apreciar o mérito do recurso (órgão *ad quem*), consoante abaixo explicado por Bernardo Pimentel:

Vigora a regra do duplo juízo de admissibilidade no sistema recursal brasileiro. Primeiro, cabe ao órgão de interposição examinar se os requisitos indispensáveis ao julgamento do mérito do recurso estão preenchidos. O último pronunciamento acerca do cumprimento dos pressupostos de admissibilidade cabe ao órgão julgador, o qual não está vinculado à decisão proferida pelo órgão de origem. Com efeito, o órgão julgador é soberano na prolação do juízo de admissibilidade do recurso.⁴

Essas disposições incorrem numa conseqüência de vital importância, nos casos em que o recurso não é recebido pelo órgão *a quo*, pois a matéria recorrida sequer será apreciada pelo tribunal competente para analisar a demanda, vez que, nesta hipótese, o objeto do recurso não cumpriu com os requisitos de admissibilidade exigidos.

Outrossim, importante salientar que a regra do duplo juízo de admissibilidade não é aplicável a todas as espécies recursais. Há casos, como o do agravo de

³ MARQUES, Jose Frederico. **Instituições de direito processual cível**. Campinas: Millenium, 1999, p. 33.

⁴ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 22.

instrumento, cabível contra decisões interlocutórias e em face da decisão que inadmite recurso especial e/ou recurso extraordinário, não se submete a uma dupla análise.⁵ Nestes casos, o recurso é interposto diretamente ao órgão *ad quem*, o qual primeiro verifica os requisitos de admissibilidade, e uma vez presentes, se volta ao mérito da questão.

Observa-se, todavia, que nos casos de singular juízo de admissibilidade, este sempre será feito pelo tribunal competente para se manifestar sobre o mérito recursal.

[...] se é certo afirmar que a regra está consubstanciada na existência de duplo juízo de admissibilidade, é igualmente correta a conclusão de que existem exceções, marcadas pelo juízo único de admissibilidade, realizado apenas no órgão julgador do recurso.⁶

No tocante ao recurso adesivo, este tem seu norte ligado ao recurso principal, sempre dependente dele, de forma que a decisão que julga inadmissível este prejudica o andamento daquele, consoante disposto no artigo 500, inciso III do CPC.

Despicienda, portanto, a análise dos requisitos de admissibilidade do recurso adesivo sempre que na peça principal estes não estiverem presentes. Consequentemente, “o mérito do recurso adesivo só pode ser apreciado se estiverem cumpridos os pressupostos de admissibilidade de ambos os recursos.”⁷

1. 2. Juízo de admissibilidade

Conforme explicitado em linhas pretéritas, o juízo de admissibilidade corresponde “à averiguação do cumprimento dos pressupostos necessários à apreciação do

⁵ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. Ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 119.

⁶ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 23.

⁷ NERY Jr, Nelson; ANDRADE, Rosa Maria. **Código de processo civil comentado e legislação civil extravagante em vigor.** 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 727.

mérito recursal, o qual é obrigatório e anterior ao juízo de mérito.”⁸ Neste sentido, esclarece Barbosa Moreira:

A atividade cognitiva do órgão judicial, com referência ao recurso, igualmente se vê solicitada em dois níveis distintos: um em que se situa a controvérsia de fundo – coincidente ou não com a agitada na instância inferior –, e outro em que se apura a existência ou inexistência dos requisitos necessários para a apreciação da mencionada controvérsia. Este plano é, ao menos logicamente, anterior àquele, e há sempre a possibilidade de que o conhecimento se detenha no primeiro crivo, sem passar ao segundo; tal como se alude ao princípio da inadmissibilidade das ações inviáveis, pode-se aqui aludir ao princípio da inadmissibilidade dos recursos inviáveis.⁹

Os requisitos de admissibilidade estão em geral previstos no diploma processual civil, destarte, são qualificados como normas de ordem pública.¹⁰ Por conseguinte, não prescindem de provocação, das partes ou do representante do *parquet*, para sua análise, vez que devem ser conhecidos de ofício.

Outrossim, também não se operam os efeitos da preclusão sobre a decisão concernente ao juízo de admissibilidade. Significa que o juiz é competente para, de ofício ou por provocação das partes, por meio de simples petição, rever a decisão acerca do tema, sempre que estiver diante de alguma irregularidade. Neste sentido, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

[...] A revogabilidade do juízo de admissibilidade recursal ocorre porque a apreciação das condições de procedibilidade do recurso não se submetem à preclusão, sendo consideradas como de ordem pública, passíveis de conhecimento, portanto, de ofício pelo órgão julgador.¹¹

⁸ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 22.

⁹ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao código de processo civil**. Volume V. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 99.

¹⁰ COUTO, Monica Bonetti. **Juízo de admissibilidade e juízo demérito dos recursos**. Revista forense. Vol nº 394, pag. 292.

¹¹ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 1099554 / SP Recurso especial 2008/0243268-6. Min. Rel. Castro Meira. 2ª Turma. Julgado em 09/06/2009. Publicado no DJe em 23/06/2009. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=1099554&b=ACOR. Acessado em 10/04/2010.

Com efeito, ao recorrente incumbe apenas o ônus de adimplir aos requisitos de admissibilidade, vez que incumbe ao judiciário seu estudo a fim de se manifestar sobre eles.

O juízo de admissibilidade tem seu cerne limitado aos pressupostos estabelecidos pela lei, variando de acordo com a espécie recursal de que trata o caso concreto. Neste diapasão, fica patente a natureza declaratória¹² acerca desta primeira aferição dos requisitos recursais, vez que ela não pode adentrar ao mérito da questão, sob pena de usurpar competência do órgão *ad quem*.

1. 2. 1. Requisitos de admissibilidade

Conforme explicitado em linhas pretérias, o recurso é examinado, preliminarmente, quanto à sua admissibilidade (juízo de admissibilidade) e, no caso afirmativo, quanto ao seu mérito (juízo de mérito).¹³ Neste diapasão, dependendo da espécie e do objeto desses requisitos, a doutrina os divide em extrínsecos, relativos ao exercício do direito de recorrer, e intrínsecos, atinentes ao próprio direito de recorrer.¹⁴

1. 2. 1. 1. Requisitos intrínsecos

São requisitos de admissibilidade intrínsecos:

(A) cabimento: consiste na interposição do recurso correto, nos termos das disposições legais. “Nem todos os atos decisórios são recorríveis. É a lei que discrimina

¹² COUTO, Monica Bonetti. **Juízo de admissibilidade e juízo demérito dos recursos**. Revista forense. Vol nº 394, pag. 294.

¹³ HERKENHOFF FL, Helio Estellita. **Mérito da demanda e mérito do recurso**. Disponível em <http://jusvi.com/artigos/1898>. Acessado em 13/09/2009.

¹⁴ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao código de processo civil**. Volume V. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 101.

aqueles que, por sua relevância, são suscetíveis de recurso.”¹⁵ Com efeito, para cada provimento jurisdicional, há uma determinada espécie recursal voltada para sua impugnação;

(B) legitimação: Consoante o artigo 499¹⁶ do Código de Processo Civil, tem legitimidade para recorrer aquele que for parte, o terceiro prejudicado e o Ministério Público;

(C) interesse: O recorrente deve demonstrar necessidade e utilidade do recurso. A necessidade configura-se no recurso ser o único meio para obter decisão mais favorável. Com efeito, terá negado seguimento a recurso em que a decisão recorrida lhe foi completamente favorável;¹⁷

(D) inexistência de fato impeditivo (a parte, v.g. , que desistiu da ação, não pode impugnar a sentença que a homologou) ou extintivo, como a renúncia ao direito de recorrer e a aceitação da decisão impugnável.¹⁸

1. 2. 1. 2. Requisitos extrínsecos

São requisitos de admissibilidade extrínsecos:

(A) tempestividade: equivale ao prazo legal que a parte tem para interpor o recurso. Com efeito, os prazos recursais são sempre peremptórios;¹⁹

¹⁵ SANTOS, Moacyr Amaral, 1902-1983. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 87.

¹⁶ Art. 499 – O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público. § 1º Cumpre ao terceiro demonstrar o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial. § 2º O Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei.

¹⁷ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. Ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 158.

¹⁸ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. Ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 168.

¹⁹ MARQUES, Jose Frederico. **Instituições de direito processual civil**. Campinas: Millenium, 1999, p. 58.

(B) regularidade formal: é a formalização da própria peça recursal, adequando-a de acordo com as regras próprias do recurso que se deseja interpor;²⁰

(C) preparo: é o pagamento das custas processuais e do porte de remessa e retorno dos autos e a sua devida comprovação, no ato de interposição, de acordo com o artigo 511, do Código de Processo Civil, sob pena de ser declarado deserto nos casos de inobservância.²¹

1. 2. 2. O entrave à análise de mérito e suas exceções

Conforme anteriormente demonstrado, o juízo de admissibilidade se limita ao estudo dos pré-requisitos estipulados em lei que devem estar presentes na peça recursal a fim de que o órgão julgador possa proferir análise acerca do mérito da matéria recorrida. Destarte, fica explícito que nos casos de duplo juízo de admissibilidade o órgão *a quo* tem sua competência limitada, ficando impossibilitado de proferir decisão relativa ao mérito da lide.

Não obstante, há casos em que o próprio estatuto civil prevê exceções a esta regra. O artigo 518, § 1º permite ao juiz não receber a apelação “quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal”. Observa-se neste caso que o órgão *a quo* tem competência para transpor os limites de admissibilidade, podendo e devendo proferir decisão relativa ao mérito recursal.²² Consequentemente, o recurso não será encaminhado ao tribunal *ad quem*, vez que a decisão recorrida tem amparo em jurisprudência dos tribunais superiores e da corte suprema.

²⁰ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 60.

²¹ Art. 511. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

²² ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2. Ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 117.

1. 2. 3. Juízo positivo de admissibilidade

A rigor dos princípios, o juízo de admissibilidade sempre precede o juízo de mérito. Com efeito, caso algum dos requisitos de admissibilidade não esteja presente, o tribunal não será competente para exprimir entendimento sobre o objeto do recurso.

Neste ponto, o juízo positivo de admissibilidade vem a ser o desenho, no caso concreto, da verificação de todos os requisitos na peça recursal. Destarte, o principal efeito deste provimento é a abertura de competência ao tribunal *ad quem* para proferir nova decisão acerca do juízo de admissibilidade.

Interposto o recurso no órgão prolator da decisão recorrida e julgado presentes os requisitos de admissibilidade, tem-se que o recurso é recebido, admitido. Essa deliberação ocasiona a remessa dos autos ao tribunal *ad quem*, o qual reapreciará as exigências legais. Neste ponto, caso venha a confirmar a decisão do órgão *a quo*, diz-se que o recurso é conhecido, autorizando, conseqüentemente, ao tribunal competente, a se manifestar sobre o mérito da questão, dando ou não provimento ao recurso.

Este também é o entendimento adotado por Bernardo Pimentel:

Em suma, no primeiro juízo de admissibilidade o recurso é admitido, ou seja, recebido, ou não. Já no juízo de admissibilidade no órgão julgador o inconformismo é conhecido, ou não. Por fim, quanto ao juízo de mérito, o recurso é provido, ou não.²³

Ao contrário do juízo negativo, que deve sempre ser explícito apontando os motivos da decisão, entende a doutrina que o juízo positivo pode se manifestar de forma específica, ou implícita.

²³ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 24.

Assim dispõe Bernardo Pimentel de Souza:

O juízo de admissibilidade positivo geralmente é implícito. Se o órgão julgador passou a examinar o mérito recursal, significa que os requisitos de admissibilidade estão satisfeitos e foi proferido juízo de admissibilidade positivo.²⁴

O juízo implícito seria a análise de plano acerca do mérito do recurso, sem qualquer deliberação relativa às condições de admissibilidade. Nestas hipóteses, entende-se que foram cumpridos os requisitos de admissibilidade. Conclusão diversa implicaria em alteração da ordem cronológica de deliberar primeiro sobre o juízo de admissibilidade para só então decidir acerca do mérito da questão, conforme explicado por Araken de Assis:

(...) o juízo de admissibilidade pode e costuma ser implícito. Na hipótese de o órgão judiciário ordenar o processamento do recurso, ou, desde logo, empreender o julgamento de seu mérito, vez que competente para tal, subentende-se que estimou preenchidas todas as condições de admissibilidade.²⁵

Não obstante, há casos em que o diploma legal impõe exigências ao juízo positivo motivado. É o caso do recurso especial e do recurso extraordinário, consoante disposto no artigo 542, § 1º, *in verbis*:

Art. 542. Recebida a petição pela secretaria do tribunal, será intimado o recorrido, abrindo-se-lhe vista, para apresentar contra-razões.

§ 1º Findo esse prazo, serão os autos conclusos para admissão ou não do recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, em decisão fundamentada.

Nestas hipóteses, a decisão que admite ou não os chamados recursos constitucionais deve ser fundamentada, sob pena de a decisão vir a ser cassada em face do vício de nulidade resultante de desrespeito a norma processual. Observa-se, portanto que nos casos dos apelos especial e extraordinário “a explicitação exigida não se cinge aos requisitos

²⁴ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 24.

²⁵ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2. Ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 120.

específicos desses recursos, a exemplo da prova da divergência, fundando-se em dissídio jurisprudencial, de que cogita o artigo 541, parágrafo único.”²⁶

Relativo ao tema, o egrégio STJ editou a súmula nº 123, dispondo que “a decisão que admite ou não o recurso especial deve ser fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais e constitucionais.”

1. 2. 3. 1. Efeitos os juízo positivo de admissibilidade

Desde que o recurso seja conhecido pelo órgão julgador, pode-se falar na produção de seus efeitos. Assim:

1- o efeito devolutivo consiste na devolução do conhecimento da questão decidida, que é objeto de reexame, ao judiciário, a fim de que seja profira nova decisão relativa à matéria impugnada.²⁷

2- o efeito suspensivo tem como cerne, obstar que o *decisium* impugnado produza seus efeitos. Logo, a decisão recorrida “não pode ser objeto de execução imediata, nem mesmo provisória”.²⁸

Embora a doutrina reconheça outros efeitos inerentes às diversas espécies recursais, é patente a soberania destes sobre os demais.

Logo, o efeito precípua do juízo positivo de admissibilidade proferido pelo órgão de interposição, é o de abrir ao recorrente a via de acesso ao órgão *ad quem*. Em relação

²⁶ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. Ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 120.

²⁷ MARQUES, Jose Frederico. **Instituições de direito processual civil.** Campinas: Millenium, 1999, p. 58.

²⁸ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 24.

ao órgão *ad quem*, proferido juízo de admissibilidade positivo, incorre no efeito capital e imediato de ensejar a passagem ao exame do mérito do recurso.²⁹

1. 2. 4. Juízo negativo de admissibilidade.

O juízo negativo de admissibilidade corresponde ao não preenchimento, na peça recursal, dos requisitos legais e jurisprudenciais para o recebimento ou conhecimento do recurso, dependendo se está tratando do órgão *a quo*, ou *ad quem*, respectivamente.

Ademais, o juízo negativo deve sempre ser explícito. Isso porque a inadmissão do recurso obsta o emprego do reexame da matéria pelo tribunal *ad quem*, inviabilizando qualquer nova decisão acerca do tema.³⁰

Outrossim, o recorrente irrequieto provavelmente virá a recorrer da decisão, necessitando dos fundamentos que embasaram a deliberação de inadmissibilidade da peça recursal. Cabe ressaltar que o Código de Processo Civil dispõe expressamente que as decisões judiciais devem ser fundamentadas, a teor do art. 165 do referido diploma, reforçando a necessidade de fundamentação concernente ao juízo negativo de admissibilidade.

Neste sentido, esclarece Araken de Assis:

O ato que não admite o recurso, por força de seus efeitos, sempre assumirá forma explícita. O motivo reside no fato de o pronunciamento desse teor trancar a via recursal, negando o acesso ao órgão *ad quem* ou obstando que o recurso seja apreciado no seu mérito. Compreende-se, assim, a curial necessidade de o órgão judiciário competente para apreciar-lhe a admissibilidade motivar, embora concisamente (art. 165), a negativa de seguimento.³¹

²⁹ BARBOSA MOREIRA, Jose Carlos. **Comentários ao código de processo civil**. Vol. V. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002, p. 159.

³⁰ SILVA, Olvidio A. Batista da. **Curso de processo civil**. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 412.

³¹ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2. Ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 120.

Em sentido semelhante, dispõe Jose Carlos Barbosa Moreira:

Sempre que o órgão passou ao exame do mérito, entende-se que respondeu de modo *afirmativo* à questão da admissibilidade. O juízo *negativo* de admissibilidade, esse tem de ser explícito e fundamentado.³²

Com efeito, fica patente a necessidade de que a decisão sobre o juízo de admissibilidade negativo deve ser sempre explícita e com manifestação de suas razões vez que a parte prejudicada provavelmente vira a recorrer de referida decisão.

1. 2. 4. 1. Recorribilidade das decisões sobre o juízo negativo

Sempre que a peça recursal carecer de algum dos requisitos de admissibilidade, incorrerá, necessariamente, juízo de admissibilidade negativo, conforme salienta Bernardo Pimentel:

A carência de algum dos requisitos de admissibilidade previstos em lei conduz à prolação de juízo negativo de admissibilidade, o qual fecha o acesso ao juízo de mérito. Negativo o juízo de admissibilidade proferido pelo órgão de interposição, o recurso não é recebido pelo juízo ou tribunal de origem.³³

Neste ponto, a decisão que obsta a análise do mérito recursal abre a possibilidade de interposição de novo recurso. Conseqüentemente, o recurso cabível depende da natureza da decisão proferida. Nos casos do recurso de apelação, quando ela não é recebida pelo juiz prolator da sentença, tendo em vista que esta decisão tenha natureza interlocutória, cabível o recurso de agravo de instrumento consoante disposto no artigo 522 do Código de Processo Civil. Já contra a decisão que não conhece da apelação no órgão *ad quem*, por se tratar de decisão monocrática, admissível o recurso de agravo interno. Destarte, a espécie recursal cabível vai depender do órgão prolator da decisão que obsta a análise do mérito da questão recorrida.

³² BARBOSA MOREIRA, Jose Carlos. **Comentários ao código de processo civil**. Vol. V. 22. ed. Rio de janeiro: Editora Forense, 2002, p. 159.

³³ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 24.

No caso do recurso especial e do recurso extraordinário, o Código de Processo Civil estabeleceu uma espécie própria de impugnação da decisão que não lhes admite. Consoante disposto no artigo 541 do referido diploma, os supracitados recursos devem ser interpostos perante o presidente ou vice presidente tribunal prolator da decisão recorrida. Com efeito, eles têm a competência para proferir análise acerca do primeiro juízo de admissibilidade. Neste ponto, entendendo que o recurso preenche todos os requisitos legais e jurisprudenciais, ele é encaminhado para o tribunal *ad quem*, responsável pelo segundo juízo de admissibilidade.

Em contrapartida, reconhecendo a ausência de algum dos requisitos exigidos, é inadmitido, não sendo recebido o recurso interposto. Estudando o ordenamento pátrio, observa-se que o meio legítimo para impugnar decisões monocráticas proferida por desembargadores é o agravo interno. Não obstante, essa regra não se aplica ao recurso especial ou ao recurso extraordinário. Da decisão que nega seguimento ao recurso especial ou ao recurso extraordinário “caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso” (art. 544, CPC).

Com efeito, “não é cabível agravo regimental de decisão que examina a admissibilidade dos chamados recursos constitucionais - RE, REsp, RO.”³⁴ Neste contexto, a espécie recursal indicada não corresponde àquela prevista no artigo 522 do CPC, embora ambas tenham a mesma denominação. O agravo de instrumento do art. 544 trata-se de recurso cabível unicamente em face da decisão que não recebe o recurso especial ou extraordinário.

³⁴ Súmula nº 16 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Disponível em: <http://www.trf2.jus.br/jurisprudencia/Paginas/conteudo.aspx?Content=61D828BD9F277342E333ABAC0A19DEB8>. Acessado em 10/04/2010.

Sobre o tema, dispõe Bernardo Pimentel de Souza:

Em suma, toda decisão de primeiro juízo negativo de admissibilidade é impugnável por meio de agravo, cuja espécie cabível (agravo de instrumento do artigo 522, agravo interno ou regimental, ou agravo de instrumento do 544) depende da natureza da decisão proferida e do recurso não recebido na origem.³⁵

Finalmente, observa-se que é a natureza da decisão proferida que vai determinar qual a espécie recursal cabível como meio de impugná-la.

1. 3. Juízo de Mérito

1. 3. 1. Definição

O juízo de admissibilidade sempre precede o juízo de mérito. Uma vez aquele reconhecido como positivo, outorga-se ao tribunal *ad quem* a competência para proferir entendimento acerca do mérito recursal. Este, conseqüentemente, vem ser a análise dos argumentos e teses suscitadas nas razões do recurso. Declarados presentes os requisitos de admissibilidade recursal (juízo positivo) diz-se que o recurso foi conhecido pelo órgão judicial. O próximo passo, como já frisado, será a análise do mérito do recurso, ou seja, o conteúdo da impugnação à decisão recorrida.³⁶

1. 3. 2. Espécies de juízo de mérito: errores in iudicando e errores in procedendo

O juízo de mérito bifurca-se em duas vertentes, os vícios de atividade, também denominados *errores in procedendo* e os vícios de julgamento, designados *errores in iudicando*.³⁷

³⁵ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 23.

³⁶ BARBOSA MOREIRA, Jose Carlos. **Comentários ao código de processo civil**. Vol. V. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 160.

³⁷ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 29.

1. 3. 2. 1. Error in iudicando

O vício de juízo (*error in iudicando*) resulta de uma má apreciação de questão de direito e/ou de fato. Em regra, o objeto do mérito recursal coincide com o objeto da análise cognitiva inferior. Decorre da decisão dita injusta e pede-se a reforma desta. É um vício de conteúdo da decisão, que pode ser processual ou material, ou seja, erro de julgamento de uma decisão judicial recorrida, má aplicação do direito material. Se verificado *error in iudicando*, dever-se-á pleitear a reforma do *decisum*.³⁸

O erro de juízo se configura quando o juiz julga ou avalia mal o fato, aplicando ao caso norma revogada, ou, também, quando o interpreta de forma equivocada a lei. Aqui, o pedido do recorrente deverá ser de reforma da decisão. Neste caso, o *decisum* recorrido é válido, porém injusto, configurando vício de julgamento, sendo cabível a interposição de recurso com o escopo de revê-la.

Esse também é o entendimento expressado por Barbosa Moreira, *in verbis*:

Objeto do juízo de mérito é o próprio conteúdo da impugnação à decisão recorrida. Quando nela se denuncia vício de juízo (*error in iudicando*, resultante de má apreciação da questão de direito, ou da questão de fato, ou de ambas), pedindo-se em consequência a *reforma* da decisão, acoimada de *injusta*, o objeto do juízo de mérito, no recurso, identifica-se (ao menos qualitativamente) com o objeto da atividade cognitiva no grau inferior de jurisdição, com a matéria neste julgada.³⁹

Com efeito, o erro de julgamento está ligado ao vício no conteúdo da decisão recorrida, de forma que sua impugnação visa a reforma do julgado.

³⁸ BARBOSA MOREIRA, Jose Carlos. **Comentários ao código de processo civil**. Vol. V. 22. ed. Rio de janeiro: Forense, 2002, p. 161.

³⁹ BARBOSA MOREIRA, Jose Carlos. **Comentários ao código de processo civil**. Vol. V. 22. ed. Rio de janeiro: Forense, 2002, p. 160.

1. 3. 2. 2. Error in procedendo

Com relação ao vício de atividade (*error in procedendo*), aqui é pleiteada a invalidação da decisão impugnada, com a posterior remessa dos autos ao órgão *a quo* para que ele emita novo provimento acerca do tema.⁴⁰ O objeto do juízo de mérito, no recurso, é a própria decisão judicial proferida no grau anterior. Este é um vício de forma. “O *error in procedendo* está sempre ligado ao descumprimento de uma norma de natureza processual, e consiste em vício formal de decisão, que acarreta sua nulidade.”⁴¹

Na hipótese do *error in procedendo*, como o objeto do mérito recursal é distinto do objeto da decisão impugnada e visa o recurso, à invalidação da decisão impugnada, não haverá substituição, mas sim, a cassação (pela anulação) da decisão antecedente, para que se profira no juízo anterior nova decisão. Neste sentido, esclarece Bernardo Pimentel de Souza:

O *error in procedendo* consiste no defeito de forma que contamina a decisão jurisdicional enquanto ato jurídico, tornando-a inválida. O *error in procedendo* é marcado pela existência de vício na estrutura, na construção do ato jurídico consubstanciado na decisão jurisdicional, o que justifica a cassação, ou seja, a invalidação do decisor.⁴²

Em síntese, haverá erro ou vício de atividade quando não se observam normas ligadas ao modo de agir do juiz. Ocorre, ainda, este vício em razão da falta ou da violação relacionada aos pressupostos processuais. Neste caso, o que se pleiteia é a anulação da sentença.⁴³

Neste sentido, Barbosa Moreira:

⁴⁰ RAMOS, Glauco Gumerato. **Repercussão geral na teoria dos recursos: juízo de admissibilidade. Algumas observações.** Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7858>. Acessado em 18/09/2009.

⁴¹ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil.** Volume II. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999, p. 45.

⁴² SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 30.

⁴³ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos.** 2. Ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 120.

Quando se denuncia vício de atividade (*error in procedendo*), e por isso se pleiteia a *invalidação* da decisão, averbada de *ilegal*, o objeto do juízo de mérito, no recurso, é o julgamento mesmo proferido no grau inferior.⁴⁴

Desse modo, ao realizar o juízo de mérito, verificará o órgão ad quem se a impugnação é ou não fundada, e, por conseguinte, se lhe deve ou não dar provimento para que haja a reforma ou a anulação – conforme o vício – da decisão recorrida.⁴⁵

Como não podem subsistir duas decisões sobre o mesmo objeto, o julgamento proferido pelo órgão *ad quem* deve necessariamente substituir a decisão recorrida, nos limites da impugnação. Esta substituição pode dar-se por decisão de teor diverso daquele que tenha a inferior (caso em que o recurso é provido) ou por decisão de igual teor (caso de desprovimento do recurso).⁴⁶ Veja-se que neste último caso, ao contrário do que correntemente se diz, a decisão não será confirmada, mas sim, substituída por outra de igual teor.

1. 3. 3. *Distinções entre o mérito da causa e mérito do recurso*

O mérito do recurso não se confunde com o mérito da causa, que corresponde ao pedido do autor, ao objeto litigioso. Já o mérito do recurso volta-se à pretensão objetivada pelo recorrente com a interposição de seu apelo, isto é, a reforma, a invalidação, a integração ou o aclaramento da decisão recorrida. É possível, todavia, haver coincidência com o mérito da causa.

Os recursos, assim como as demandas, possuem um pedido imediato e outro mediato. O pedido imediato, para os recursos, é representado pela tutela processual requerida,

⁴⁴ BARBOSA MOREIRA, Jose Carlos. **Comentários ao código de processo civil**. Vol. V. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002, p. 160.

⁴⁵ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2. ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 126.

⁴⁶ SILVA, Olvidio A. Batista da. **Curso de processo civil**. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 414.

qual seja a reforma ou anulação da sentença, ao passo que o mediato liga-se ao bem da vida em litígio, à consequência processual do pedido refletido no direito material do recorrente.

Assim, Flavio Cheim Jorge e Marcelo Abelha Rodrigues lecionam:

Somente quanto ao pedido mediato do recurso é que poderá haver coincidência em relação ao pedido veiculado na demanda, pois as ações não se voltam normalmente para a anulação ou reforma de decisões judiciais, com ressalva das chamadas ações autônomas de impugnação. O mérito do recurso normalmente está ligado ao defeito apresentado pela decisão que faz com que o recorrente utilize-se desse meio de impugnação. Desde os tempos romanos os erros ou vícios das decisões foram classificados e divididos em *errores in procedendo* ou em *errores in judicando*; aqueles ligados ao vício de natureza formal e estes ao vício de natureza substancial.⁴⁷

O recurso sempre é voltado para o ato decisório acostado em algum vício de natureza procedimental ou mesmo de erro no estudo da questão.⁴⁸ “Logo, verifica-se a coincidência qualitativa ou quantitativa entre o mérito da impugnação e o da causa representará um dado acidental e contingente.”⁴⁹

⁴⁷ JORGE, Flávio Cheim. RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito dos Recursos**. Aspectos Polêmicos e atuais dos Recursos Cíveis, de acordo com a Lei 10.352/2001. Vol. V. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 236-237.

⁴⁸ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2. ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 126.

⁴⁹ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2. ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 126.

2. RECURSO ESPECIAL

2. 1. Origem histórica

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu artigo 105, nos moldes preconizados pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, instituída pelo Dec. 91.450, de 18/07/1985, a criação de um tribunal superior, em posição hierárquica equivalente a do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Superior Eleitoral, que seria responsável pela análise da matéria infraconstitucional.⁵⁰ Este foi denominado de Superior Tribunal de Justiça, tendo por função precípua “proteger a integridade e a uniformidade de interpretação do direito federal infraconstitucional.”⁵¹

Destarte, os deveres que, em momento pretérito, estavam adstritos exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, foram, com a Constituição de 1988, redistribuídos, havendo reservado a esta nova Corte a função de aplicar os princípios e normas constitucionais nas demandas judiciais, ao passo que foi outorgado ao recém criado STJ a atribuição de fazer a aplicação do direito federal infraconstitucional.⁵²

Um dos objetivos da criação do novo órgão era justamente reduzir a elevada quantidade de processos em curso perante o Supremo Tribunal Federal, amortizando, consequentemente, a denominada crise do supremo.⁵³ Neste contexto, foi criado um novo instrumento de recorribilidade das decisões, qual seja, o recurso especial. Assim, as matérias infraconstitucionais que antes ficavam adstritas ao recurso extraordinário, agora devem se submeter à apreciação do STJ por meio deste novo meio de impugnação.

⁵⁰ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 121.

⁵¹ BARBOSA MOREIRA, Jose Carlos. **Comentários ao código de processo civil.** Vol. V. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002, p. 601.

⁵² SERAU Jr, MARCO Aurélio. **Recursos especiais repetitivos no STJ.** São Paulo: Método, 2009, pag. 33.

⁵³ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 147.

Assim esclarece Bernardo Pimentel de Souza:

O constituinte de 1988 transferiu para o Superior Tribunal de Justiça a missão de zelar pela integridade e pela uniformização da interpretação do direito federal infraconstitucional comum. E para a novel corte poder cumprir tal encargo, foi instituído o recurso especial, que passou a ser a via processual adequada para submeter, à apreciação de tribunal superior, as ofensas à legislação federal perpetradas pelos tribunais de segundo grau, assim como os dissídios jurisprudenciais acerca da interpretação do direito federal infraconstitucional.⁵⁴

Destarte, em face da crise que se instalava no Pretório Excelso acerca do excessivo número de processos, foi criado o STJ, tendo ele por escopo primordial a guarda da legislação infraconstitucional assim como a uniformização de interpretação destas normas. Por conseguinte, os feitos versando sobre questões constitucionais permaneceram da competência do Supremo; já as causas nas quais se discutiam negativas de vigência das leis federais passaram a ser examinadas pelo novo pretório, o Superior Tribunal de Justiça, por meio de nova modalidade recursal, denominada recurso especial.

Na análise do tema, ensina Athos Gusmão Carneiro:

A instituição do Superior Tribunal de Justiça atendeu a tais reclamos. A uma, liberando o Supremo Tribunal Federal para um menos atribulado exercício de sua missão maior, de custódia da Constituição Federal e órgão tutelar dos direitos e garantias individuais. A duas, com a substituição do Tribunal Federal de Recursos – até então principalmente tribunal de 2º grau da Justiça Federal, por cinco Tribunais Regionais Federais, melhor aparelhados para servir como instância recursal ordinária das decisões dos juízes federais.

Finalmente, o Superior Tribunal de Justiça, como tribunal nacional, posto acima dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais dos Estados, irá exercer, sem óbices regimentais, a tutela da legislação federal infraconstitucional, nos casos previstos na Lei Maior.⁵⁵

⁵⁴ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 148.

⁵⁵ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Recurso Especial, Agravos e Agravo Interno**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003, p. 3-4.

De fato, a citada crise não foi solucionada com a criação de um novo órgão, tendo a solução ora descrita se mostrado pouco próspera, do ponto de vista da celeridade e da rapidez do judiciário.⁵⁶

2. 2. Definição

O recurso especial, assim como o recurso extraordinário, possui índole constitucional⁵⁷, conquanto a carta superior explicita as hipóteses de cabimento da referida peça, consoante disposto no artigo 105, inciso III da CF/88, *in verbis*:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

.....

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal

Mister salientar que o rol acima apresentado é taxativo, não admitindo a interposição do especial por quaisquer outros fundamentos. Ao examinar as disposições do preceito supra discriminado, fica claro o papel do STJ no cenário do judiciário pátrio de resguardar o ordenamento infraconstitucional, assim como deliberar sobre conflitos hermenêuticos que possam instalar-se entre diferentes cortes, de forma a unificar a interpretação dada às normas infraconstitucionais.

⁵⁶ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 121.

⁵⁷ SERAU Jr; MARCO Aurélio. **Recursos especiais repetitivos no STJ.** São Paulo: Método, 2009, pag. 33.

Embora o recurso especial tenha se originado com a cisão das matérias de competência do Pretório Excelso abrangidas pelo antigo recurso extraordinário⁵⁸, ele não pode ser considerado como subespécie deste, vez que possui autonomia própria, tanto em face da matéria sob ele vinculada, assim como pelo órgão competente para apreciá-lo.⁵⁹

2. 3. Pressupostos próprios para admissibilidade do recurso especial

Em face da excessiva quantidade de demandas em curso perante as cortes superiores, tanto o legislativo quanto judiciário vem desenvolvendo métodos voltados para a supressão de processos que versem sobre temas anódinos ou pacificados, sob o ponto de vista jurídico. Dessa forma, além dos requisitos genéricos atinentes às espécies recursais, há também a exigência de condições específicas para a admissibilidade e cabimento do recurso especial.

2. 3. 1. Cabimento.

A Constituição descreve as hipóteses de cabimento do recurso especial de forma a delimitar quando será legítimo à parte interpô-lo. Outrossim, a *contrario sensu*, também delimita os casos em que o especial não será o meio adequado para impugnar determinada decisão. Essas hipóteses estão categoricamente delimitadas pelo artigo 105, inciso III da CF/88. Por conseguinte, será impugnável a decisão por meio de recurso especial sempre que ela: **(a)** contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; **(b)** julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; **(c)** der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

⁵⁸ SANTOS, Luiz Wanderley dos. **Recurso especial**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=858>. Acessado em 01/10/2009.

⁵⁹ SERAU Jr, MARCO Aurélio. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009, pag. 33.

Assim o recurso especial será cabível sempre que a irresignação do recorrente recair, necessariamente sobre uma, ou algumas das hipóteses acima elencadas.⁶⁰

Ademais, insta consignar que as decisões proferidas pelos juizados especiais não são passíveis de revisão por meio do recurso especial⁶¹, a teor do enunciado da súmula nº 203 do STJ.⁶²

2. 3. 2. *Causas decididas em única ou última instância*

2. 3. 2. 1. **Conceito de causas decididas**

O termo “causas decididas” deve ser entendido em seu sentido mais amplo, logo, a temática concernente à sua conceituação deve ser interpretada de forma mais extensa possível, a fim de abranger “os processos com julgamento de mérito, sem julgamento de *meritum causae* e até as questões incidentais decididas na causa.”⁶³. Assim “causa” deve ser entendida como “qualquer questão sujeita à decisão judicial, tanto em processos de jurisdição contenciosa como em processos de jurisdição voluntária”⁶⁴

Com efeito, ainda que parte da doutrina entenda o termo causa como lide,⁶⁵ de modo que inviável a interposição de recursos extraordinários *lato sensu* quando se tratar de procedimento de jurisdição voluntária ou contra decisão interlocutória, com a devida vênia, não há que se consagrar esta corrente. Os recursos extraordinários possuem caráter excepcional, conseqüentemente sua apreciação demanda a configuração de requisitos

⁶⁰ SERAU Jr, MARCO Aurélio. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009, pag. 39.

⁶¹ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 722.

⁶² Súmula do STJ nº 203: “Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos juizados especiais”. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=203&b=SUMU. Acessado em 04/02/2010.

⁶³ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 689.

⁶⁴ SANTOS, Moacyr Amaral: por Aricê Moacyr Amaral Santos. 1902-1983. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, pag. 163.

⁶⁵ CRISPIN, Mirian Cristina Generoso Ribeiro. **Recurso especial e recurso extraordinário**. São Paulo: Pilares, 2006, p. 93.

específicos, díspares das outras espécies recursais. No entanto, interpretar o dispositivo constitucional de forma a restringir as hipóteses de cabimento do especial se mostra atentado a direito das partes de recorrer. Portanto, abraça-se a tese de adotar o vocábulo “causas decididas” em seu sentido mais extenso.

Tomando dos sulcos traçados por Pontes de Miranda, dou à palavra causa do texto constitucional sobre recurso extraordinário sentido amplo de questão, de controvérsia. Desde que, em qualquer fase do processo, ainda no decurso da lide, manifeste a justiça local sobre debate suscitado pelas partes sua palavra derradeira, e a questão por ela solvida se não possa reanimar ao depois, e se a decisão entre em testilhas com outras, também definitivas, ou se trinque da balda da ofensa da lei, ou ocorre, em suma, qualquer das hipóteses previstas no art. 102, n. III, da Constituição, cabe recurso extraordinário.⁶⁶

Na mesma linha, o STJ assim se manifestou, *in verbis*:

II – A UFRJ, autarquia federal, interpôs recurso para suspender a execução de liminar concedida em Writ (art. 4 da Lei nº 4.364/64). O presidente do tribunal a quo denegou a suspensão da segurança. Irresignada, a recorrente interpôs agravo regimental. O plenário do TRF da 2ª região negou provimento ao agravo. Não se dando por vencida, a autarquia interpõe o presente recurso especial. O STJ já decidiu que cabe recurso especial em hipóteses como a dos autos, pois “o vocábulo causa, inserto no inciso III do artigo 105 da constituição federal, deve ser entendido em sentido amplo” (REsp nº 5.659-0/SP). Aplicação do enunciado nº 86 da Súmula da corte.⁶⁷

Fica patente, portanto o cabimento de recurso especial contra acórdão proveniente de decisão interlocutória. Não obstante, são incabíveis os recursos constitucionais em correição parcial e contra as decisões exaradas em procedimentos administrativos. A título de ilustração quanto a estas, destacam-se as Súmulas 637 e 733, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, que, respectivamente, dispõem deste modo:

Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.

⁶⁶ MANCUSO, Rodolfo Camargo. **Recurso Extraordinário e Recurso Especial**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 142-143.

⁶⁷ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp. 38867/RJ. Min. Rel. Adhemar Maciel. Sexta turma. Publicado no DJ em 13/05/1996 p. 15577. disponível em <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=38867&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=10>. Acessado em 30/04/2010.

Os atos do presidente do tribunal que disponham sobre processamento e pagamento de precatório não têm caráter jurisdicional.

2. 3. 2. 2. Esgotamento das vias recursais

O cabimento do recurso especial está intimamente ligado ao esgotamento das vias recursais ordinárias. Logo, havendo a hipótese legal de impugnação do *decisium* por vias ordinárias, o especial não será a via legítima para se buscar a reforma/anulação da deliberação recorrida. Depreende-se da leitura do dispositivo constitucional que o recurso especial é cabível em face de decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Quer isso dizer que é inviável sua apresentação contra decisões de primeiro grau e proferidas pelos Colégios Recursais dos Juizados Especiais, que não se qualificam como tribunais por não terem assumido tal *status*, consoante se constata do rol elencado no art. 92 da Carta Maior acerca dos órgãos que compõem o Poder Judiciário.

A Súmula 203 do STJ exprime esse entendimento, como se verifica a seguir: “Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais”.

Neste ponto, observa-se com clareza uma distinção do apelo especial em face do extraordinário, qual seja, este ser cabível contra decisões judiciais proferidas em última ou única instância, independente da natureza do órgão prolator da decisão, entendimento consolidado pela Súmula nº 640 do STF.⁶⁸

Ademais, insta ressaltar as hipóteses de interposição do especial contra acórdãos de decisão interlocutória, cabível conforme suscitado em momento pretérito. Nestes

⁶⁸ Súmula nº 640 do Supremo Tribunal Federal: “É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial.”. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=640.NUME.S.FLSV.&base=baseSumulas>. Acessado em 10/04/2010. NAO

casos, o recurso ficará retido nos autos “e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões.”⁶⁹ O referido dispositivo tem por escopo dar maior celeridade ao processo, evitando o acúmulo de recursos no Superior Tribunal de Justiça e, conseqüentemente, não obstando o julgamento do mérito de milhares de conflitos pelas instâncias ordinárias. Desta feita, a norma busca destacar os princípios da economia e celeridade processual.

A economia processual é sustentada pela tendência de o resultado final acarretar o desinteresse do vitorioso em reiterar anterior recurso especial interposto contra acórdão de conteúdo interlocutório. A celeridade processual é explicada pela ausência da paralisação do processo no juízo e no tribunal de origem, tendo em vista a inexistência de imediato processamento do especial, o que impede o direto julgamento de provimento do recurso pelo tribunal ad quem.⁷⁰

Nestes casos, na hipótese da causa versar sobre matéria de especial relevância, instando de rápida apreciação do órgão jurisdicional, cabe à parte interessada propor medida cautelar a fim de destrancar o recurso.

2. 3. 3. Contrariar ou negar vigência a lei federal ou tratado

2. 3. 3. 1. Conceituação da expressão “lei federal”

Dispõe a alínea “a”, do inciso III do artigo 105 da CF/88 que a matéria ventilada em sede de recurso especial deve ser limitada a tratado ou lei federal, esta de

⁶⁹ Art. 542. “Recebida a petição pela secretaria do tribunal, será intimado o recorrido, abrindo-se-lhe vista, para apresentar contra-razões.” “§ 3o O recurso extraordinário, ou o recurso especial, quando interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões.”

⁷⁰ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 707.

natureza infraconstitucional.⁷¹ “Trata-se de dispositivo genérico, no qual estão, em última análise, contidos os demais.”⁷²

Inicialmente urge destacar a amplitude da expressão “Lei Federal”. São excluídas do recurso especial as matérias concernentes a direito municipal ou estadual. Outrossim, também não compete ao STJ apreciar as questões que versem sobre direito constitucional, vez que após o advento da CF/88, esta passou a ser de competência do STF.

Neste sentido esclarece Marco Serau Jr:

Não serão analisadas por meio do recurso especial questões envolvendo direito estadual ou municipal, porquanto a constituição é expressa ao delinear o campo de incidência do recurso excepcional, qual seja apenas a interpretação ou aplicação da legislação infraconstitucional federal.⁷³

Neste contexto, há uma segunda ponderação a ser suscitada acerca das chamadas “leis federais de função local”. Estas são leis federais em sua origem, mas não em sua essência, pois não cuidam de matéria federal, não ensejando, portanto, a interposição do recurso especial.

Assim também dispõe José Afonso da Silva:

[...] será lei federal, quando, tendo origem federal, tiver, também, natureza de direito federal, isto é, quando se enquadrar na competência normal da União, quando versar matéria da competência legislativa dos órgãos federais.⁷⁴

Também sobre o tema, assevera o STJ no julgamento do EREsp nº 116.038/DF:

⁷¹ SANTOS, Moacyr Amaral, 1902-1983. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, pag. 178.

⁷² SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 162.

⁷³ SERAU Jr, MARCO Aurélio. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009, pag. 39.

⁷⁴ SILVA, José Afonso da. **Do recurso extraordinário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963, p. 175.

Resp – Constitucional – Recurso Especial – Distrito Federal – Lei Local – O recurso especial visa a interpretação da lei infraconstitucional e busca harmonizar a jurisprudência a lei do Distrito Federal, mesmo quando comissão do Senado Federal a elaborava, tinha ordem federal, porém, incidência local. Não se confunde a origem com o conteúdo. Inadmissível, por isso, o recurso especial.⁷⁵

Uma vez excluídas do apelo especial as questões acerca de leis municipais, estaduais e sobre a constituição, insta consignar quais são as espécies normativas incluídas pelo termo “lei federal”. Encontram-se abrangidas pela expressão “lei federal” as seguintes espécies normativas: lei, regulamento, decreto, direito estrangeiro e medida provisória. Ademais, o STJ já se manifestou sobre o cabimento do recurso especial em face de leis ordinárias, decretos legislativos e até resoluções do Senado Federal.⁷⁶

Excluem-se a resolução, a instrução normativa, a circular, a portaria, o regimento interno dos Tribunais e os provimentos da Ordem dos Advogados do Brasil. Todas essas delimitações acerca do conceito de lei federal foram amplamente discutidas pelo c. STJ em inúmeros julgados.⁷⁷

2. 3. 3. 2. Os tratados

Os tratados, cuja celebração incumbe ao Presidente da República sujeitam-se ao referendo do Congresso Nacional.⁷⁸ Com efeito, ingressam na ordem jurídica nacional mediante decreto legislativo sendo consequentemente incorporados ao direito interno.

⁷⁵ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EREsp 116038/DF Embargos de divergência no recurso especial 1997/0068064-9. Min. Rel. Luiz Vicente Cernicchiaro. 3ª Seção. Julgado em 11/02/1998. DJ 20/04/1998, p. 18.

⁷⁶ “PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. A EXPRESSÃO “LEI FEDERAL”. ALCANCE. A locução ‘lei federal’, contida no artigo 105,0III, da Constituição Federal, abrange tão-somente as leis federais complementares, ordinárias e delegadas, as medidas provisórias, os decretos legislativos, as resoluções do Senado Federal, os decretos, os regulamentos e os convênios entre os Estados-membros previstos na própria constituição, em matéria tributária, por se equipararem à lei ordinária. Não estão nela compreendidos atos normativos de hierarquia inferior à do decreto. Precedentes desta corte.” (AgRG no Agnº 22.023/DF 1ª turma do STJ, DJ 13 de outubro de 1992).

⁷⁷ REsp 845.931/SC, Rel. Min. Castro Meira, DJU de 31.10.06; REsp 653.233/RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJU de 7.11.06; RESP 815.123/SC, Rel. Min. Luiz Fux, DJU de 5.10.06; REsp 855.436/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 28.9.06.

⁷⁸ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 783.

Destarte, “a cláusula constitucional também abrange tanto o direito estrangeiro aplicável por força da Lei de Introdução ao Código Civil como o tratado internacional incorporado ao nosso ordenamento jurídico.”⁷⁹

O Brasil, buscando o estreitamento dos laços com diferentes nações, utiliza-se de tratados como meio de vincular no direito interno, normas acordadas no âmbito internacional. Neste diapasão, ao ratificar tratados celebrados com diferentes países, as normas acordadas ingressam no direito brasileiro, equiparando-se à lei federal. Portanto, despidiend a explicitação do dispositivo constitucional acerca do cabimento do apelo especial pela violação a tratado, vez que estes são incorporados ao direito nacional via decreto, sendo equiparados a lei ordinária federal.⁸⁰

Assim dispõe Moacyr Amaral dos Santos:

Quanto ao tratado, o processo de sua elaboração se insere no âmbito de competência da União (Const. Federal, art. 84, VIII, c/c o art. 49, I). Em que pese a diversidade doutrinária acerca dos efeitos do tratado, nosso direito positivo constitucional entende que o tratado, referendado pelo Congresso Nacional, impõe-se na ordem jurídica interna, equiparando-se à lei federal. Consequentemente, se o acórdão final contrariar tratado ou negar-lhe vigência, preenchido está o pressuposto constitucional de admissibilidade do recurso especial, uma vez que fica caracterizada a existência de questão federal.⁸¹

Finalmente, “os tratados sobre direitos humanos aprovados em dois turnos de votação na Câmara dos Deputados e no Senado, por três quintos dos votos, têm natureza constitucional”⁸², não estando sujeitos ao recurso especial.

⁷⁹ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. Editora Saraiva, 2008, pag. 707.

⁸⁰ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. Editora Saraiva, 2008, pag. 697.

⁸¹ SANTOS, Moacyr Amaral, 1902-1983: por Aricê Moacyr Amaral dos Santos. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, pag. 179.

⁸² SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. Editora Saraiva, 2008, pag. 697.

2. 3. 3. 3. Sentido das expressões “contrariar” e “negar vigência”

A função precípua do recurso especial é “[...] garantir a boa aplicação da lei federal e unificar-lhe a interpretação em todo o Brasil [...]”⁸³, visando à garantia do respeito ao princípio da segurança jurídica.

Contrariar e negar vigência não são sinônimos. Contrariar significa fazer o contrário, no caso, dar à lei ou ao tratado interpretação diversa da de sua natureza jurídica, emprestando ao preceito normativo sentido diferente do conferido pelo legislador. Desta feita, muitas vezes por meio de premissas verdadeiras alcança-se errôneas conclusões deturpando o escopo jurídico da lei federal.

A contrariedade à lei é bastante ampla, abrangendo, aliás, a negativa de vigência. Contrariar a lei é, além de negar vigência, também interpretar erradamente. (...) A intenção do constituinte, pois, revigorando a expressão contrariar a lei, foi de ampliar o cabimento do recurso ao Tribunal Superior de Justiça, atendendo aos reclamos de certas correntes que lamentavam a excessiva rigidez do cabimento do recurso extraordinário. [...] De qualquer maneira cabe a distinção: contrariar a lei significa desatender seu preceito, sua vontade; negar vigência significa declarar revogada ou deixar de aplicar a norma legal federal.⁸⁴

Negar vigência, por seu turno, consiste em deixar de reconhecer a eficácia normativa da lei no caso concreto, é fazer incidir sobre um fato uma norma que não é aplicável ao mesmo, ou, ainda, interpretar a Lei Federal de forma desarrazoada. “Em sentido gramatical, corresponde a ‘negar que vige’, e, pois, negar que o tratado ou a lei federal esteja em vigor.”⁸⁵

Com efeito, nega vigência à lei federal, não só a decisão que afirma não estar ela em vigor, porque já não vigora, ou ainda não vigora, mas também a que não a aplica,

⁸³ MANCUSO, Rodolfo Camargo. **Recurso Extraordinário e Recurso Especial**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 7.

⁸⁴ GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 6 ed. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1993, p. 324-325.

⁸⁵ SANTOS, Moacyr Amaral, 1902-1983. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, pag. 182.

quando ela é aplicável, ou pretendendo ou fingindo aplicá-la, faz o frontalmente oposto do que diz, na letra e no espírito, o texto traído.

O efeito prático, todavia, é um só, tornar cabível o recurso especial uma vez que os demais pressupostos de admissibilidade também estejam presentes. Outrossim, buscase evitar a inobservância do direito federal, o seu descumprimento. Contrariar a lei é, em última análise, o mesmo que tê-la por inexistente, negar-lhe vigência, deixar de aplicá-la ou violá-la.

2. 3. 4. Decisão que julga válido ato de governo local contestado em face de lei federal

Em 2004, com o advento da Emenda Constitucional nº 45, foi excluída do dispositivo constitucional uma espécie de cabimento do recurso especial, qual seja, a hipótese de violação de lei federal por lei de governo local. Antes da elaboração da referida norma a redação da alínea “b” do inciso III do art. 105 da Constituição Federal era a seguinte: “julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal”. Com essa Emenda, a hipótese em que a decisão recorrida “julgar válida lei local contestada em face da lei federal” passou a ser da competência do Supremo Tribunal Federal, com a inserção da alínea “d” ao art. 102, III, Carta Magna. A competência para apreciar os casos em que o *decisum* impugnado “julgar válido ato de governo local contestado em face da lei federal”, por seu turno, permaneceu com o Superior Tribunal de Justiça.⁸⁶

Sobre o tema leciona J. E. Carreira Alvim:

A expressão ‘lei local’ tem sentido abrangente, compreendendo toda norma estadual e municipal, emanada do poder competente, coativa e de observância geral, como as leis, os decretos, os regulamentos etc., sendo a expressão ‘ato de governo local’ indicativa dos atos praticados por agentes

⁸⁶ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Dos recursos constitucionais: ordinário, extraordinário, especial**. Brasília: Brasília Jurídica, 2007, p. 169.

públicos estaduais e municipais, dotados de certa parcela de poder, como os governadores, os prefeitos, os secretários de governo etc.⁸⁷

Observa-se que, se a controvérsia se cingir ao exame de ofensa à norma de direito local, o recurso especial não será cabível, como preceitua a Súmula 280/STF⁸⁸, aplicada por analogia pelo STJ.

2. 3. 5. *Dissídio jurisprudencial*

Nesse caso, o apelo especial é cabível quando o tribunal de origem houver decidido a controvérsia à luz de dispositivo legal, dando-lhe interpretação diversa da que lhe tenha conferido outro tribunal. Por conseguinte, “a finalidade do recurso especial pela letra “c” é possibilitar a uniformização da jurisprudência dos tribunais do país acerca da interpretação da lei federal.”⁸⁹

A demonstração da discordância jurisprudencial deve ser a mais clara possível, de modo a possibilitar que ao órgão julgador que o acórdão paradigma não se trata de mero posicionamento isolado da corte

Acerca dessa demonstração, leciona Rogério Licastro Torres de Mello:

A análise do dissídio deve ser feita pela transcrição dos trechos dos acórdãos confrontados, evidenciando as circunstâncias que os identifiquem ou os assemelhem. Em outras palavras, há a necessidade da demonstração de que a decisão recorrida cuida de situação fático-jurídica semelhante ao acórdão oferecido como paradigma e que, entretanto, as decisões foram diametralmente opostas nos casos confrontados, sustentando as razões pelas

⁸⁷ ALVIM, J. E. Carreira. **Alguns Aspectos dos Recursos Extraordinário e Especial na Reforma do Poder Judiciário** (EC n. 45/2004). Reforma do Judiciário: Primeiros Ensaios Críticos sobre a EC n. 45/2004. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005, p. 324.

⁸⁸ Súmula nº 280 do Supremo Tribunal Federal: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário” disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=280.NUME. NAO S.FLSV.&base=baseSumulas>. Acessado em 10/04/2010.

⁸⁹ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Dos recursos constitucionais. Ordinário; extraordinário; especial**. Brasília: Brasília Jurídica, 2007, pag. 170.

quais entende que a interpretação correta é a do acórdão divergente e não aquela proferida pelo tribunal *a quo*.⁹⁰

Destarte, a fim de a parte ver seu recurso conhecido, deve demonstrar com clareza a presença do dissídio explicitando na peça recursal as partes conflituosas entre o acórdão recorrido e o paradigma.

2. 3. 6. *Prequestionamento*

As questões jurídicas correlatas aos dispositivos legais objeto do presente recurso especial devem ser prequestionadas, conforme exposto. Com efeito, o acórdão recorrido dever necessariamente ter suscitado e discutido os fundamentos da demanda.

Nesse sentido, esclarece o ilustre doutrinador Bernardo Pimentel Souza:

O prequestionamento consiste na exigência de que a questão de direito veiculada no recurso interposto para tribunal superior tenha sido previamente decidida no julgado recorrido...

O cumprimento do prequestionamento, entretanto, não está condicionado à menção expressa, no acórdão recorrido, do preceito tido por violado pelo recorrente. “O que importa para a satisfação do prequestionamento é ter sido a matéria jurídica alvo de discussão no recurso dirigido ao tribunal superior previamente solucionada no julgado recorrido.”⁹¹

Em síntese, o recurso especial somente é cabível nos casos em que a matéria versada nele tiver sido objeto de pronunciamento prévio pelo órgão *a quo*. Logo, uma vez que as questões objeto do apelo especial tiverem sido amplamente estudadas e decididas pelos acórdãos recorridos, o recurso satisfaz plenamente a condição genérica do prequestionamento.

⁹⁰ MELLO, Rogério Licastro Torres de. **Recurso especial e extraordinário. Repercussão geral e atualidades**. São Paulo: Método, 2007, pag. 118.

⁹¹ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, pag. 694/695.

2. 4. Processamento do recurso especial

Nos termos do artigo 541 do CPC o recurso especial deve ser interposto perante o presidente ou vice presidente do tribunal recorrido em petição que apresente: I - a exposição do fato e do direito; II - a demonstração do cabimento do recurso interposto; III - as razões do pedido de reforma da decisão recorrida. Em seguida, a parte contrária será intimada a apresentar contra-razões no prazo de 15 (quinze) dias, consoante o disposto no *caput* do art. 542 do CPC. Posteriormente, os autos serão conclusos ao presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido, que realizará o primeiro juízo de admissibilidade. Neste caso, insta esclarecer que na hipótese de não admissão do especial, pode a parte interpor recurso de agravo de instrumento, nos termos do artigo 544 do CPC.⁹²

Uma vez admitido o recurso especial na origem, os autos serão encaminhados ao STJ, sendo posteriormente enviados a um ministro relator que fará um segundo juízo de admissibilidade.⁹³

Nos termos do artigo 13, inciso IV, do Regimento Interno do STJ, compete às turmas processar e julgar o recurso especial⁹⁴. Todavia, pode o relator não conhecer do recurso sempre que verificadas alguma das hipóteses do artigo 557 do CPC.

Realizado um juízo de admissibilidade positivo pelo ministro relator, este fará em relatório uma exposição dos pontos controvertidos da causa⁹⁵ (art. 549, CPC) e após,

⁹² SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, pag. 726.

⁹³ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2. ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 822.

⁹⁴ Art. 13. Compete às Turmas: IV - julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal; c) der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro Tribunal.

⁹⁵ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, pag. 726.

pedirá dia para julgamento, nos termos do artigo 256 do RISTJ⁹⁶. Finalmente, deverá ser lavrado o acórdão com a publicação da ementa e do dispositivo no órgão oficial de imprensa, os termos dos seguintes dispositivos: art. 506, inc. III, art. 563 e 564, todos do CPC e art. 102, *caput* do RISTJ.⁹⁷

2. 5. A Lei nº 11.672/08

Em 08 de agosto de 2008 entrou em vigor a Lei nº 11.672. Como resultado de sua elaboração, foi introduzido no Código de Processo Civil o artigo 543-C. Basicamente, a presente norma define como será processado o recurso especial previsto no art. 105, inc. III, da Constituição Federal, nos casos de multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito.⁹⁸

2. 5. 1. O novo processamento do recurso especial no contexto da Lei nº 11.672/08

A Lei nº 11.672/08 introduziu no diploma processual civil uma nova forma de processamento do recurso especial. Com a inclusão deste novo dispositivo legal, foi alterado o trâmite dos recursos especiais que disponham sobre idêntica questão de direito. Nesta hipótese, reduz-se a subida de processos ao STJ, pois, em caso de variados recursos versando sobre a mesma matéria, o presidente do tribunal de 2º grau poderá realizar uma seleção (ou triagem) de alguns, ou mesmo, de apenas um destes processos para que seja encaminhado o recurso ou recursos ao STJ, operacionalizando-se uma sensível redução na quantidade de processos.⁹⁹

⁹⁶ Art. 256. Distribuído o recurso, o relator, após vista ao Ministério Público, se necessário, pelo prazo de vinte dias, pedirá dia para julgamento, sem prejuízo da atribuição que lhe confere o art. 34, parágrafo único.

⁹⁷ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, pag. 729.

⁹⁸ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2. ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 823.

⁹⁹ SERAU Jr, Marco Aurélio. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009, pag. 54.

Este procedimento guarda em sua aplicabilidade extrema semelhança com as “súmulas vinculantes”, ao estabelecer a utilização das decisões do STJ e a denegação dos recursos que colidam com o entendimento pré-estabelecido. Todavia, conquanto esteja presente essa similitude de institutos, o julgamento do recurso especial pelo rito na Lei nº 11.672/08 não implica que os demais órgãos da magistratura estão vinculados a decisão do STJ¹⁰⁰, vez que de acordo com o § 8º do art. 543-C, “mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.” O presente dispositivo dispõe que nos casos em que a decisão recorrida divergir do entendimento proferido pelo STJ, o recurso será reexaminado pelo tribunal de origem (juízo de retratação) facultando-lhe a possibilidade de aplicar o disposto no acórdão publicado pelo STJ ou manter sua decisão, hipótese em que se analisará a admissibilidade do recurso especial.¹⁰¹

A diferença reside no reexame da matéria pelos tribunais inferiores, porém sem a obrigatoriedade de julgarem de acordo com a decisão prolatada pelo STJ, evento em que o recurso especial deverá passar pelo juízo de admissibilidade¹⁰².

De acordo com o art. 543-C do CPC, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça decida recursos especiais nos moldes da lei supracitada, é delegada a competência para os relatores das decisões recorridas julgarem os recursos aplicando o entendimento do STJ.

Acerca do tema, lecionam Luiz Rodrigues Wambier e Rita de Cassea Corrêa Vasconcelos:

¹⁰⁰ CAVALCANTE, Mantovanni Colares. A lei nº 11.672/2008 e o novo processamento de recursos especiais com identidade de matérias, em confronto com a feição transindividual do recurso extraordinário. *Revista de Processo RePro* 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 188/189.

¹⁰¹ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 824.

¹⁰² CAVALCANTE, Mantovanni Colares. A lei nº 11.672/2008 e o novo processamento de recursos especiais com identidade de matérias, em confronto com a feição transindividual do recurso extraordinário. *Revista de Processo RePro* 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 189.

Estabeleceu-se, portanto, que, se houver vários recursos que tratem da mesma questão de direito (independentemente de as decisões serem num mesmo sentido ou antagônicas), devem ser selecionados um ou mais desses recursos que, por melhor retratarem a questão debatida, deverão ser julgados em primeiro lugar pelo STJ, para que a respectiva decisão possa ser aplicada aos recursos cujo processamento esteja suspenso por força da aplicação da lei.¹⁰³

Uma vez selecionados os recursos representativos da demanda, o julgamento dos demais recursos, com idêntica questão de direito, fica sobrestado até a decisão final da Corte Superior¹⁰⁴. Essa previsão decorre do fato de que o julgamento do Superior Tribunal de Justiça pode vir a prejudicar o andamento dos demais recursos. Consequentemente, após o STJ proferir sua decisão sobre a demanda analisada, haverá duas possibilidades para os recursos sobrestados: (a) aqueles em que as decisões impugnadas acordarem com aquela proferida pelo STJ terão seguimento denegado e (b) aqueles que os acórdãos recorridos divergiram da orientação estabelecida pela corte superior, serão novamente submetidos à apreciação do tribunal a quo (juízo de retratação). Nesta última hipótese, mantida a decisão divergente, “far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial” (art. 543-C, §8º) sendo posteriormente encaminhados os autos ao STJ no caso de juízo positivo de admissibilidade.

Ademais, concernente à escolha dos recursos paradigmas, esclarece o § 3º do art. 543-C que “o relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.”

Em relação à referida norma, esclarece o professor Araken de Assis:

Por essa via, o relator recolherá subsídios acerca da extensão da controvérsia, o teor do debate existente nas causas, e, principalmente, as

¹⁰³ WAMBIER, Luiz Rodrigues; VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa. Recursos especiais repetitivos: reflexos das novas regras (lei 11.672/08 e resolução 8 do STJ) nos processos coletivos. **Revista de Processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 30.

¹⁰⁴ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2. ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 824.

tendências já formadas nos tribunais inferiores, inteirando-se do assunto para melhor julgá-lo.¹⁰⁵

Para assegurar que os argumentos das partes tenham a devida atenção - por respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa - o relator no STJ poderá solicitar informações e admitir a manifestação de pessoas, órgãos e entidades envolvidas no processo. Também está prevista a manifestação do Ministério Público Federal nesses casos. Aqui se observa a configuração de instituto de extrema valia, a possibilidade do chamamento do *amicus curiae*¹⁰⁶. Todavia, há uma clara discrepância de institutos entre o *amicus curie* no STF, presente na análise da repercussão geral do recurso extraordinário e aquele presente no julgamento do recurso especial repetitivo, conforme abaixo esclarece Nelson Rodrigues Netto:

A sensível diferença entre a intervenção de *amicus curiae* no STF e no STJ reside no fato de que perante a Suprema Corte ela ocorre apenas na esfera do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, ou seja, na apreciação da repercussão geral da questão constitucional. Logo, perante o STF é vedada essa espécie de intervenção no julgamento de mérito do recurso extraordinário.

Junto ao STJ, o art. 543-C, § 4.º, permite a “manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia”. Ora, têm interesse na controvérsia todos os sujeitos que interpuseram recursos especiais, ao quais se encontram sobrestados. [...] O “interesse na controvérsia” não pode ser o de quem tem interesse jurídico direto na solução do recurso paradigmático, por possuir demanda cuja questão de direito é idêntica Àquela, o que justificaria o ingresso no feito como terceiro interessado. É o interesse geral, indireto, daqueles sujeitos que “representem os interesses gerais da coletividade ou que expressem os valores essenciais e relevantes de grupos, classes ou estratos sociais” (STF, Plenário, AgRg ADin 2130-3-SC, rel. Min. Celso de Mello, j. 03.10.2001).¹⁰⁷

Dispõe o § 5º do art. 543-C vista ao Ministério Público por quinze dias, depois de prestadas as informações requeridas aos tribunais de origem e da ocasional

¹⁰⁵ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 824.

¹⁰⁶ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 824.

¹⁰⁷ NETTO, Nelson Rodrigues. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (Lei nº 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de Processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 239/240.

manifestação do *amicus curiae*.¹⁰⁸ Observa-se aqui a criação de uma nova hipótese de intervenção do representante do *parquet*. Insta consignar que esta ingerência será sempre obrigatória.¹⁰⁹

Concluído o prazo para a manifestação do *parquet*, “a secretaria do órgão fracionário do STJ providenciará a remessa de cópias do relatório aos demais Ministros, incluindo-se o processo em pauta.”¹¹⁰

Finalmente, depois de publicado o acórdão pelo STJ, os recursos especiais sobrestados na origem terão dois destinos, de acordo com o posicionamento do *decisium* recorrido (art. 543-C, 7º): “I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça”. Observa-se, portanto, que o julgamento do *leading case* produzirá efeitos sobre os recursos suspensos.¹¹¹

2. 5. 2. A resolução nº 08/2008 do STJ

Com o escopo de regulamentar a aplicabilidade da Lei nº 11.672/08 e seguindo a determinação trazida pelo § 9º do art. 543-C, o STJ editou a Resolução nº 8 de 07 de agosto 2008 estabelecendo orientação acerca do processamento do recurso especial.¹¹² O artigo 1º estabelece os critérios que devem ser manejados no processo de escolha dos recursos representativos:

¹⁰⁸ NETTO, Nelson Rodrigues. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (Lei nº 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de Processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 240.

¹⁰⁹ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 824.

¹¹⁰ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 824.

¹¹¹ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 824.

¹¹² POMAR, João Moreno. **Considerações sobre o recurso especial repetitivo**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/oabeditora/users/revista/1235067024174218181901.pdf>. Acessado em 08/03/2010.

Art. 1º Havendo multiplicidade de recursos especiais com fundamento em idêntica questão de direito, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido (CPC, art. 541) admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando os demais suspensos até o pronunciamento definitivo do Tribunal.

§ 1º Serão selecionados pelo menos um processo de cada Relator e, dentre esses, os que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso especial.

§ 2º O agrupamento de recursos repetitivos levará em consideração apenas a questão central discutida, sempre que o exame desta possa tornar prejudicada a análise de outras questões argüidas no mesmo recurso.

§ 3º A suspensão será certificada nos autos.

§ 4º No Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais de que trata este artigo serão distribuídos por dependência e submetidos a julgamento nos termos do art. 543-C do CPC e desta Resolução

Com efeito, ficou situado que a seleção do recurso paradigma se dará pela seleção de pelo menos um processo de cada relator dentre aqueles que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso de modo a “propiciar a mais plena compreensão da questão de direito neles versada.”¹¹³ Outrossim, subtende-se que o Ministro Relator tem plena faculdade na seleção dos recursos paradigmáticos, observando sempre os critérios consignados no artigo 1º da Resolução supracitada. Não obstante, conquanto para a análise dos recursos repetitivos seja suficiente o exame da matéria central do apelo especial, devem também estar presentes os requisitos previstos no art. 541 do CPC e art. 105, inciso III da Constituição Federal. Este é o entendimento estabelecido pela Min. Eliana Calmon no julgamento do REsp 881.285-RJ, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO – RECURSO ESPECIAL – IMPOSTO DE RENDA – PREVIDÊNCIA PRIVADA – COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA – RECOLHIMENTOS EFETUADOS NA VIGÊNCIA DO ART. 6º, VII, “B”, DA LEI 7.713/88 – INAPLICABILIDADE DO RITO PREVISTO NO ART. 543-C DO

¹¹³ WAMBIER, Luiz Rodrigues; VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa. Recursos especiais repetitivos: reflexos das novas regras (lei 11.672/08 e resolução 8 do STJ) nos processos coletivos. **Revista de Processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 32.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – RECURSO QUE NÃO PREENCHEU OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS – SÚMULA 284/STF – COTEJO ANALÍTICO – INEXISTÊNCIA.

1. Considera-se deficiente a fundamentação quando o recurso especial suscita tese a ser apreciada pelo STJ, mas deixa de indicar o dispositivo legal violado (Súmula 284/STF).
2. Não havendo o recorrente demonstrado, mediante a realização do devido cotejo analítico, a existência de similitude das circunstâncias fáticas e o direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, resta desatendido o comando dos arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ.
3. É inaplicável o regime disposto no art. 543-C do CPC, estabelecido pela Lei 11.672/2008, ao recursos que não preencherem os requisitos de admissibilidade do recurso especial, sob pena de violar a Constituição Federal e transformar o STJ em terceira instância revisora.
4. Recurso especial não conhecido.¹¹⁴

Observa-se, portanto que o recurso especial deve atender as disposições do art. 1º da Resolução nº 08/2008 do STJ (um processo de cada relator; dentre os processos, aquele que contiver a maior diversidade de fundamentos no acórdão; e o que possuir a maior variedade de argumentos), assim como observar os já tradicionais requisitos legais (art. 541 do CPC e art. 105 da CF/88).¹¹⁵

Uma vez admitido o recurso especial com base no *caput* do art. 1º da resolução acima apontada, o relator submeterá seu julgamento a seção ou no caso de competência de mais de uma, à Corte Especial (art. 2º da resolução 08/2008).¹¹⁶ Por conseguinte, uma vez o relator decidindo pelo julgamento dos recursos especiais no contexto da nova espécie procedimental, será comunicado “aos demais Ministros e ao Presidente dos

¹¹⁴ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp. 881285/RJ Recurso especial 2006/0193704-3. Min. Rel. Eliana Calmon Passos. 2ª Turma. Julgado em 20/11/2008. DJe 17/12/2008. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=881285&b=ACOR. Acessado em 10/04/2010.

¹¹⁵ ANDRADE, Fábio Martins de. Procedimentos ao Processamento e Julgamento de Recursos Repetitivos – anotações à resolução do STJ n. 8, de 7 de agosto de 2008. (Regulamenta a Lei n. 11.672/2008) **Revista Dialética de Direito Processual** nº 67: Outubro de 2008. p. 56-57.

¹¹⁶ POMAR, João Moreno. **Considerações sobre o recurso especial repetitivo**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/oabeditora/users/revista/1235067024174218181901.pdf>. Acessado em 08/03/2010.

Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, conforme o caso, para suspender os recursos que versem sobre a mesma controvérsia.” (art. 2, § 2º da resolução 08/2008 do STJ).

O artigo 3º da supracitada resolução segue o disposto nos parágrafos 4º e 5º do art. 543-C do CPC ao dispor sobre a intervenção do *amicus curiae* e do *parquet*, nos seguintes termos:

Art. 3º Antes do julgamento do recurso, o Relator:

I – poderá solicitar informações aos tribunais estaduais ou federais a respeito da controvérsia e autorizar, ante a relevância da matéria, a manifestação escrita de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, a serem prestadas no prazo de quinze dias.

II – dará vista dos autos ao Ministério Público por quinze dias.

O desígnio final da Lei 11.672/08 é reduzir a assombrosa quantidade de demandas em seguimento na corte superior por meio da implantação de uma nova espécie de processamento do recurso especial. Com efeito, é adequado que seu julgamento tenha preferência sobre as demais ações. Destarte, esclarece o artigo 4º da resolução 08/2008 que “o recurso especial será julgado com preferência sobre os demais, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.”

O art. 5º ensina que publicado o acórdão do julgamento do recurso especial os demais recursos com fundamento em questão idêntica, terão os seguintes destinos: (a) caso já distribuídos, serão julgados pelo relator, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil; (b) se ainda não distribuídos, serão apreciados pela Presidência, nos termos da Resolução nº 3, de 17 de abril de 2008; (c) se sobrestados na origem, terão seguimento na forma prevista nos §§ 7º e 8º do art. 543-C do Código de Processo Civil.

A previsão no art. 6º é de que a coordenadoria do órgão julgador expeça ofício aos tribunais de origem com cópia do acórdão relativo ao recurso especial julgado. Finalmente o art. 7º esclarece que o procedimento estabelecido na Resolução 08/2008 do STJ aplicar-se-á, também, no que couber, aos agravos de instrumento fundados no art. 544 do CPC interpostos contra decisões que não admitam o recurso especial.

3. EFEITOS DO JULGAMENTO DOS RECURSOS REPRESENTATIVOS

3. 1. Da escolha do recurso paradigma e o efeito vinculante de seu julgamento

O artigo 1º da Resolução nº 08/2008 do STJ estabelece os critérios que devem ser adotados pela corte na seleção dos recursos paradigmas. Neste ponto, há de se ressaltar que os critérios estabelecidos tanto pela Resolução quanto pelo artigo 543-C do CPC se configurem como um tipo aberto, de forma a se adaptarem ao dinamismo da sociedade contemporânea.

Neste sentido, leciona Tereza Arruda Alvim:

A presença de conceitos vagos em textos legais se justifica em razão do aumento da complexidade social havido nos últimos séculos, que impossibilitou aos códigos cumprirem, sozinhos e detalhadamente, a missão de regular todas as ricas e diversificadas hipóteses geradoras de lide. Nesse desiderato, passaram a ser inseridos conceitos vagos nas legislações exatamente para que, por meio destes, as demais fontes do direito pudessem, de forma operativamente eficaz, complementar o texto legal e possibilitar interpretar-se o sentido do conceito vago de forma adequada a cada caso concreto.¹¹⁷

Verifica-se assim um duplo caráter na escolha do recurso paradigma entre a exigência de um critério quantitativo e a relevância de um qualitativo. No que concerne ao critério quantitativo, o assunto selecionado deve ser mostrar presente em número considerável, no sentido de que o julgamento dessas matérias em procedimento único se configure de extrema valia para a redução de processos em curso no STJ.

Sobre o tema, dispõe Marcus Serau Jr:

O primeiro aspecto, quantitativo, diz respeito à necessidade de a questão de direito repetir-se em número elevado de demandas. Essas avaliações da pletora de recursos especiais acerca de determinada matéria deve considerar os recursos já existentes e, de acordo com as informações prestadas pelas

¹¹⁷ WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. **Reforma do judiciário – primeiras reflexões sobre a emenda constitucional 45/2004**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, pag. 175.

instâncias ordinárias, também o número de processos que porventura possam ensinar a interposição de recurso especial.¹¹⁸

Complementando, há um segundo aspecto de importante relevância para a seleção da matéria que possa vir a ser analisada sob a luz da Lei nº 11.672, concernente à feição do tema veiculado no recurso especial, ou seja, um teor qualitativo. Neste ponto, o foco se remete à importância da questão ventilada no recurso especial. Entende-se que a faceta que o artigo 543-C do CPC implantou no diploma processual não deve ser usada em questões de menor importância, dada a especialidade do novo procedimento.¹¹⁹ Destarte, o que se busca com a Lei nº 11.672/08 é reduzir a quantidade excessiva de processos em curso na Corte Superior de modo que esta venha a proferir entendimentos sobre temas de grande incidência e expressiva repercussão jurídica, social ou econômica.¹²⁰

Consequentemente, uma vez definida que uma determinada matéria preenche os requisitos qualitativos e quantitativos para ser julgada pela nova lei dos recursos repetitivos, se verifica a ocorrência de dois efeitos: (a) serão escolhidos os recursos representativos da demanda, de acordo com os critérios trazidos pelo artigo 543-C e pela Resolução nº 8/2008 do STJ; (b) todos os demais processos terão seu seguimento sobrestado até que a corte superior julgue a matéria, nos termos do art. 543-C, § 1º.

Após o encaminhamento dos processos ao STJ, este se pronunciará acerca da questão de modo a fixar um entendimento sobre a matéria. Por conseguinte, conquanto a decisão do referido tribunal não tenha caráter vinculante, é notável que os tribunais *a quo* devem seguir a orientação trazida pelo STJ, vez que caso contrário, sua decisão será fatalmente revista. Neste diapasão, os recursos especiais interpostos que tenham por

¹¹⁸ SERAU Jr, Marco Aurélio. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009, pag. 51.

¹¹⁹ SERAU Jr, Marco Aurélio. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009, pag. 52.

¹²⁰ NETTO, Nelson Rodrigues. Análise crítica do julgamento por atacado no STJ (lei 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de Processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 192

fundamento questões já decididas pela Corte Superior e que tenham decisão em consonância com o entendimento do STJ, terão seguimento denegado.¹²¹

A diretriz do art. 543-C do CPC inclui a possibilidade de retratação do órgão *a quo* que teve sua decisão questionada via recurso especial. A medida, todavia, provocará certo constrangimento aos magistrados, vez que sua inobservância ao entendimento do STJ resultará em novo julgamento pela Corte Superior

Neste aspecto, esclarece Araken de Assis¹²²:

[...] os espíritos mais sensíveis ficarão melindrados com a autêntica renovação do julgamento pretérito por força de simples precedente do STJ. No entanto, a medida guarda coerência com o objetivo maior de assegurar a isonomia dos litigantes, motivo por que o sacrifício do convencimento do órgão fracionário do tribunal justifica-se plenamente. Dos magistrados exige a disposição o mais alto grau de profissionalismo e, principalmente, baixo índice de pirronice; do contrário, a lei jamais atingirá sua louvável finalidade.

Outro ponto a se destacar acerca do art. 543-C concerne à possibilidade dos tribunais de origem, além de sobrestar os recursos especiais afetados a sistemática na nova Lei, também determinarem o sobrestamento das apelações que apresentem a matéria contida nos especiais. Em preliminar análise efetuada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, entendeu-se pela possibilidade de suspensão da apelação.¹²³ Submetida a controvérsia ao STJ para a relatoria da Ministra Nancy Andrighi no julgamento do recurso especial 1.111.743/DF, ela defendeu que “em decorrência da política judiciária e da própria interpretação do referido artigo, não haveria razão para que os tribunais de primeira instância

¹²¹ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 827.

¹²² ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 827.

¹²³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Apelação cível 2008 01 1 025947-9. Des. Rel. Sérgio Bittencourt. 4ª turma cível. DJe 07/10/2008. Disponível em: <http://tjdf19.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgi1?NXTPGM=plhtml06&ORIGEM=INTER&CDNUPROC=20080110259479APC>. Acessado em 26/04/2010.

suspendessem o julgamento das referidas apelações.”¹²⁴ Não obstante, foi vencida a relatora no sentido de que a maioria dos integrantes da Corte Especial entendeu pela possibilidade do sobrestamento da apelação com fundamentos em uma interpretação teleológica do Código de Processo Civil, consoante abaixo discriminado:

REPETITIVO. SUSPENSÃO. APELAÇÃO.

Cinge-se a questão à interpretação do art. 543-C do CPC quanto ao fato de o tribunal a quo ter suspenso a apelação referente à matéria já submetida à análise deste Superior Tribunal em recurso repetitivo. Quanto a isso, a Min. Relatora entendia que, em decorrência da política judiciária e da própria interpretação do referido artigo, não haveria razão para que os tribunais de primeira instância suspendessem o julgamento das referidas apelações. Contudo, esse entendimento ficou vencido, visto que a maioria dos integrantes da Corte Especial aderiu aos fundamentos do voto-vista proferido pelo Min. Luiz Fux. Entendeu-se, com isso, ser de regra a referida suspensão, em uma interpretação literal ou mesmo teleológico-sistêmica, bem como na ponderação dos interesses em jogo, pois se vê que, depois de julgado o recurso repetitivo, a tese retorna à instância *a quo* para sua adequação aos recursos sobrestados; além disso, permitir aos tribunais a quo julgar livremente sem aguardar a decisão do repetitivo seria acarretar ao STJ um duplo trabalho. Destacou que o recurso repetitivo é instrumento a serviço da cláusula pétrea da duração razoável do processo, além de possibilitar a aplicação do princípio da isonomia. REsp 1.111.743-DF, Rel. originária Min. Nancy Andrighi, Rel. para acórdão Min. Luiz Fux, julgado em 25/2/2010.

Outrossim, seguindo o entendimento do STJ, decidiu o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte acerca da possibilidade de suspensão da apelação de verse sobre matéria afetada a sistemática da Lei 11.672/08, vez que a decisão da Corte Superior tornará prejudicada a análise feita pelo tribunal *a quo*.¹²⁵

¹²⁴ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Informativo nº 0424 de 22 a 26 de fevereiro de 2010. Corte especial. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/infojur/doc.jsp>. Acessado em 26/04/2010.

¹²⁵ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE. Agravo regimental na apelação cível 2009.012923-5/0001.00. Des. Rel. Vivaldo Pinheiro. 3ª Câmara Cível. Julgado em 10/04/2010. DJe 12/04/2010. Disponível em: <http://www2.tjrn.jus.br/cposg/servlet/ServletArquivo?cdProcesso=0100035PO0010&nuSeqProcessoMv=5&tipoDocumento=D&nuDocumento=468629&pdf=false>. Acessado em 26/04/2010.

Observa-se, portanto, que embora legalmente a Lei 11.672/08 não possua um aspecto vinculante, é presumível que os tribunais irão adotar o entendimento definido pelo STJ, vez que caso não o façam, suas decisões serão fatalmente reformadas.

3. 2. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito no recurso especial repetitivo

O art. 543-C, em seu § 8º, esclarece que uma vez decidida a questão pelo STJ, os julgados com orientação diversa da estabelecida por esta corte, serão reexaminados pelo tribunal *a quo*, e na hipótese de manutenção do *decisium* divergente, será realizado o juízo de admissibilidade do recurso especial, anteriormente sobrestado.

Insta consignar que, em respeito ao princípio da celeridade, despidiend a exigência de novo julgamento caso o órgão *a quo* decida manter o *decisium* recorrido, vez que bastaria constar em ata de julgamento que o apelo especial foi novamente analisado, sustentando a decisão pretérita. Todavia, esta não deverá ser orientação a ser adotada na hipótese de os julgadores resolverem aduzir novos fundamentos com o escopo de afastar a decisão do STJ no julgamento do recurso especial paradigma.

Nesta linha, instrui Araken de Assis:

[...] não tem cabimento os julgadores externarem novos fundamentos ou destacarem as peculiaridades do caso concreto que, no seu modo de ver, recomendam e justificam o tratamento diferenciado da causa. Parece que a lei presumiu desnecessária a necessidade de novo acórdão no mesmo sentido.

Se, ao invés, um e outro resolverem aduzir novos fundamentos ao julgado, para arredar a aplicação do precedente do STJ, o panorama se turva e os problemas aumenta. É obvio que, então, mostrar-se-á imprescindível incorporar tais fundamentos a um novo acórdão, substituindo ao primeiro, e, intimando-se a parte vencida, admitir a complementação das razões do recurso especial anteriormente interposto [...]¹²⁶

¹²⁶ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 827.

Assim, observa-se a necessidade de novo julgamento, e conseqüente intimação das partes em respeito ao contraditório, apenas na hipótese em que os julgadores entenderem a relevância na elaboração de novo acórdão de afaste a aplicabilidade dos fundamentos discriminados no julgamento do recurso especial paradigma.

3. 3. As semelhanças e discrepâncias entre a Lei nº 11.672/08 com a repercussão geral do recurso extraordinário.

A EC nº 45/04 alterou a Constituição Federal com a introdução do § 3º do art. 102, no qual se estabelece novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, qual seja, a repercussão geral¹²⁷. O referido instituto tem por escopo precípua aliviar a crise em que o Supremo Tribunal Federal se encontra, de modo a estabelecer um filtro no qual a Corte Suprema somente vai analisar as demandas em que a parte consiga demonstrar a relevância da questão constitucional do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.¹²⁸ Em resumo, com a repercussão geral, o STF identifica casos em que reconhece a existência de questão de relevância superior que ultrapassa os interesses subjetivos das partes e, conseqüentemente, todos processos similares são retidos na instância inferior, até que o mérito seja apreciado, evitando que centenas de novas causas sejam enviados para julgamento. Neste ponto, fica patente a competência exclusiva do STF para analisar os fundamentos que a parte alude na existência de repercussão geral¹²⁹, cabendo ao órgão *a quo*, quanto a este requisito, apenas analisar a existência ou não da preliminar.

¹²⁷ CAVALCANTE, Mantovanni Colares. A lei 11.672/2008 e o novo processamento de recursos especiais com identidade de matérias, em confronto com a feição transindividual do recurso extraordinário. **Revista processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 182.

¹²⁸ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 9ª edição revista, ampliada com a reforma do judiciário (EC 45/2004). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, pag. 188.

¹²⁹ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Dos recursos constitucionais: ordinário, extraordinário, especial**. Brasília: Brasília Jurídica, 2007, p. 111-112.

No contexto do STJ, conforme explicado anteriormente, a figura do recurso especial repetitivo, implantado pela Lei nº 11.672/08, regulamentado pela Resolução nº 08/2008 da referida corte, trata do julgamento nos casos em que haja multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito. Com efeito, o que se buscou com a elaboração dessa norma foi a criação de um novo método de processamento do apelo especial, no sentido de que com um único julgamento podem ser proferidas decisões sobre todas as demandas que versem sobre determinado tema.¹³⁰

Mister destacar dois pontos de imperiosa importância acerca do disposto nos arts. 543-A; 543-B; e 543-C do Código Processual Civil, bem como do art. 103, §2º, CF/88.

O primeiro se refere à repercussão geral presente no recurso extraordinário. Esta se configura como requisito de admissibilidade, vez que deve estar presente em todas as peças recursais em preliminar (o recurso extraordinário deve demonstrar que a matéria discutida versada transcende aos interesses das partes, revestindo-se de interesse geral), motivo pelo qual foi elencada no texto constitucional por tratar-se de nova atribuição para o STF¹³¹. O instituto dos recursos repetitivos no STJ não implantou no sistema jurídico brasileiro novo requisito de admissibilidade ao apelo especial, nem nova hipótese de cabimento ou mesmo alteração das já existentes. Neste ponto, insta esclarecer que não foi efetuada qualquer alteração no que concerne aos casos em que é cabível a interposição do recurso especial, vez que o artigo 105, inciso III da CF/88, se mantém inalterado. Destarte, a Lei nº. 11.672/08 implantou apenas uma nova metodologia de processamento para o

¹³⁰ NETTO, Nelson Rodrigues. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (Lei 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de Processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 235.

¹³¹ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Dos recursos constitucionais: ordinário, extraordinário, especial**. Brasília: Brasília Jurídica, 2007, p. 110/111.

julgamento de recursos especiais que abordem teses jurídicas idênticas, a fim de acelerar os processos no STJ.¹³²

Conquanto o entendimento acima corresponda à posição majoritária da doutrina¹³³ há quem entenda¹³⁴ que a nova lei estabeleceu a imposição de um novo requisito de admissibilidade ao recurso especial, tendo em vista que uma vez que a corte superior proclame entendimento acerca de determinado tema, os recursos especiais que versarem sobre aquela matéria só serão analisados pelo STJ na hipótese da decisão do tribunal *a quo* se opor aquela articulada no julgamento do recurso repetitivo. Não obstante, dado o fato da competência do STJ ser definida pela Constituição Federal, e não por lei ordinária (meio legislativo utilizado para a implantação do recurso repetitivo no ordenamento pátrio), perceptível que o artigo 543-C do CPC não se configura como novo requisito de admissibilidade do recurso especial.¹³⁵

3. 4. Medidas cabíveis à parte para refutar o sobrestamento de seu recurso

Conforme disposto no § 1º do art. 543-C, no episódio de ocorrência de multiplicidade de recursos dispondo sobre idêntica questão de direito, o tribunal de origem selecionará um ou mais recursos representantes da controvérsia, encaminhando-os ao Superior Tribunal de Justiça. Conseqüentemente, deverá ser efetuado o sobrestamento dos

¹³² NETTO, Nelson Rodrigues. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (lei 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 235.

¹³³ CAVALCANTE, Mantovanni Colares. A lei 11.672/2008 e o novo processamento de recursos especiais com identidade de matérias, em confronto com a feição transindividual do recurso extraordinário. **Revista de processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 183/184; WAMBIER, Luiz Rodrigues; VASCONCELOS, Rita de Cássia Corrêa. Recursos especiais repetitivos: reflexos das novas regras (lei 11.672/08 e resolução 8 do STJ) nos processos coletivos. **Revista de processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 32. NETTO, Nelson Rodrigues. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (lei 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 235/236.

¹³⁴ MIORELLI, Zilá T. **Breves considerações sobre os artigos 543-A, 543-B e 543-C do CPC**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12731>. Acessado em 10/04/2010; SILVEIRA, Díbulo Calábria Coutinho. **A celeridade processual, as decisões judiciais paradigmáticas no STF e STJ e a Lei 11.672, de 8 de maio de 2008**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/ena/users/gerente/122598432264174131941.pdf>. Acessado em 10/04/2010.

¹³⁵ NETTO, Nelson Rodrigues. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (lei 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008, pag. 235.

demais recursos que versem sobre a referida matéria até o momento em que o STJ emita seu pronunciamento definitivo sobre a questão.¹³⁶

Cumpre esclarecer que, na hipótese de a parte discordar da supracitada decisão considerando indevido o sobrestamento de seu recurso (uma vez que não reconhece a identidade da matéria versada neles com aquela discutida nos recursos encaminhados ao STJ), poderá ela recorrer do referido *decisum*. É explícito que a suspensão indevida do procedimento recursal causa gravame à parte. A Lei 11.672/08, todavia, se manteve omissa frente a essa conjectura. Daí surge a dificuldade na definição da medida cabível. Há hipótese similar a essa, para a qual também não há explícita solução positivada, mas que, de todo modo, já é enfrentada há mais tempo pela jurisprudência. Trata-se da retenção de recurso extraordinário ou especial por indevida aplicação do art. 542, § 3º, do Código de Processo Civil. Nesse caso, o STJ já admitiu o emprego de medida cautelar, simples petição, reclamação, agravo retido e agravo de instrumento – além de já haver aplicado o princípio da fungibilidade.¹³⁷ Semelhantes soluções são aqui aplicáveis. Outrossim, no tocante ao meio adequado para obter a subida do recurso extraordinário retido, reconheceu o STF o cabimento da reclamação constitucional, medida cautelar, mandado de segurança, agravo interno dirigido ao órgão *a quo* que determinou a retenção do recurso e o princípio da fungibilidade como meios adequados para auferir o julgamento imediato do recurso retido.¹³⁸

¹³⁶ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 823/824.

¹³⁷ ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos. 2. ed. Ver., atual. e ampl.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 812.

¹³⁸ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Medida cautelar em ação cautelar 212. Min. Rel. Marco Aurélio. 1ª turma. Julgado em 01/06/2004. DJe 10/09/2004. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=ac mc 212&base=baseAcordaos>. Acessado em 30/04/2010. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Questão de ordem na petição 3515. Min. Rel. Sepúlveda Pertence. 1ª turma. Julgado em 27/09/2005. DJe 21/10/2005. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=QO 3515 MS&base=baseAcordaos>. Acessado em 30/04/2010.

Importante apontar alguns aspetos acerca da expressão de recurso "representativo da controvérsia" no sentido de se apenas os recursos especiais podem ser analisados, ou se esta prerrogativa pode ser estendida a outras peças. Caberá ao órgão *a quo* seleccionar um ou mais processos em que os subsídios instrutórios (jurídicos e fácticos) reunidos permitam ao STJ a mais precisa percepção possível não apenas da questão de direito cuja relevância há de se aferir, como também do conflito em que ela se insere. Nesta seara, a adequada representação da controvérsia não depende apenas da peça recursal, ainda que esse seja o mais importante elemento. Outros atos do processo se apresentarão muito úteis para o estudo da lide (as contra-razões ao recurso, a decisão recorrida, outras petições anteriores...). Por conseguinte, o órgão *a quo* deverá considerar a qualidade desses vários atos, não se limitando ao conteúdo apresentado pela peça recursal. Evidentemente, é possível que um mesmo e único processo não reúnam todas as peças mais adequadas à representação da controvérsia. Visando essa hipótese, a lei não limitou a seleção do recurso representativo da demanda a apenas uma peça. Nesse caso, o órgão *a quo* deverá encaminhar ao Superior Tribunal tantos recursos em diferentes processos quanto seja necessário. A lei expressamente autoriza o encaminhamento de uma pluralidade de recursos representativos da controvérsia ("admitir um ou mais..." – art. 543-C, § 1). Em sentido oposto, também é possível que, no âmbito do órgão *a quo*, tenham sido proferidas decisões antagônicas, geradoras de recursos especiais em sentidos opostos. Nesse caso, já por isso, também se justificará o envio de mais de um recurso ao órgão *ad quem*.

3. 5. Da hipótese de desistência após a afetação do recurso à sistemática dos recursos repetitivos

A desistência é vista como “o ato pelo qual o recorrente abre mão do recurso interposto, demonstra o desinteresse em relação ao inconformismo manifestado em

momento anterior.”¹³⁹ Neste sentido, dispõe a regra geral do art. 501 do CPC que “o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.” Observa-se portanto que desistência pode ocorrer a qualquer momento desde que antes do julgamento.

Não obstante, há um ponto a ser analisado quanto ao direito do recorrente em desistir do recurso quanto este é escolhido como peça paradigma. Entende-se aqui que o interesse particular não pode sobrepujar o interesse coletivo, no sentido de que em vista do recurso ser escolhido como paradigma, entendeu o magistrado ser ele artefato fundamental para a análise da questão de direito repetitiva, afastando-se, portanto, a regra consignada no art. 501 do CPC, ou seja, extraindo o direito do recorrente em desistir do recurso.¹⁴⁰

Neste sentido, a 2ª Seção do STJ no julgamento do REsp 1.063.343/RS e do REsp 1.058.114/RS, ambos tendo como recorrente o Banco Volkswagen S/A, decidiu acerca da impossibilidade de desistência do recurso uma vez ele sendo selecionado como representativo da demanda. No referido caso, após a indicação da peça como paradigma da demanda, o recorrente pleiteou em juízo a desistência do recurso. A relatora do recurso especial, Ministra Nancy Andrighi, suscitou questão de ordem submetendo o requerimento à corte especial do STJ. O intuito era de que o referido órgão colegiado, em conformidade com a Lei dos Recursos Repetitivos, consolidasse entendimento relativo à legalidade ou não da cláusula que prevê a cobrança da comissão de permanência em contratos bancários, em caso de inadimplência do consumidor. Seguindo o posicionamento acima apontado, decidiu a Corte Especial do STJ pela impossibilidade acolhimento de pedido de desistência recursal

¹³⁹ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 56.

¹⁴⁰ NUNES, Dierle José Coelho. **Decisão do STJ: corte especial nega desistência de recurso repetitivo**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/DOCTRINA/texto.asp?id=12123>. Acessado em 07/04/2010.

formulado quando já iniciado o procedimento de julgamento do Recurso Especial representativo da controvérsia In verbis:

Processo civil. Questão de ordem. Incidente de Recurso Especial Repetitivo. Formulação de pedido de desistência no Recurso Especial representativo de controvérsia (art. 543-C, § 1º, do CPC). Indeferimento do pedido de desistência recursal.

- É inviável o acolhimento de pedido de desistência recursal formulado quando já iniciado o procedimento de julgamento do Recurso Especial representativo da controvérsia, na forma do art. 543-C do CPC c/c Resolução n.º 08/08 do STJ. Questão de ordem acolhida para indeferir o pedido de desistência formulado em Recurso Especial processado na forma do art. 543-C do CPC c/c Resolução n.º 08/08 do STJ.¹⁴¹

Observando os fundamentos insertos no recurso especial ora discutido, observa-se que a questão de ordem se focou em pontos: **(a)** o recorrente, sob qualquer conjectura, jamais poderia desistir do recurso especial representativo da controvérsia – esta fundamentação é baseada na idéia do interesse público que deve se sobrepujar ao privado; **(b)** o recorrente poderia desistir do recurso, não importando o fato de ter sido aquele recurso selecionado para representar a questão controversa – aqui é ressaltada as disposições do art. 501 do CPC – e **(c)** o recorrente poderia desistir do recurso; todavia, o mesmo seria apreciado para posteriormente ser homologada a desistência – nesta ultima posição se entende por uma conciliação entre o interesse público e privado, de modo que seria deferido o pedido de desistência do recurso especial, sem deturpar a sistemática do julgamento uma vez que seria formulada uma orientação acerca da questão idêntica de direito existência nos múltiplos recursos.¹⁴²

¹⁴¹ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. QO no REsp 1.063.343/RS questão de ordem no recurso especial. Min. Rel. Nancy Andrighi. Corte Especial. Julgado em 17/12/2008. DJe 04/06/2009. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=1063343&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=6>. Acessado em 26/04/2010.

¹⁴² FUX, Luiz. **A desistência recursal e o recurso repetitivo**. Disponível em http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/27102/Desist%C3%A2ncia_Recursal_Recursos.doc.pdf?sequence=1. Acessado em 02/04/2010.

Embora a controvérsia não tenha sido decidida em unanimidade, ficou determinada pela Corte Especial do STJ, a adoção da primeira teoria, qual seja, a impossibilidade de desistência do recurso especial, consoante abaixo discriminado pelo voto da Min. Rel. Nancy Andrigli¹⁴³:

Para a instauração do incidente do processo repetitivo, inédito perante o Código de Processo Civil, praticam-se inúmeros atos processuais, de repercussão nacional, com graves conseqüências. Basta, para tanto, analisar o ato processual de suspensão de todos os recursos que versem sobre idêntica questão de direito, em andamento nos diversos Tribunais do país.

Tomando-se este exemplo da suspensão dos processos, sobrevivendo pedido de desistência do recurso representativo do incidente e deferido este, mediante a aplicação isolada do art. 501 do CPC, será atendido o interesse individual do recorrente que teve seu processo selecionado.

Todavia, o direito individual à razoável duração do processo de todos os demais litigantes em processos com idêntica questão de direito será lesado, porque a suspensão terá gerado mais um prazo morto, adiando a decisão de mérito da lide.

Entendeu a referida corte que a Lei 11.672/08 reflete a coletivização inerente à nova ordem constitucional, cuja orientação repercutirá tanto no plano individual, resolvendo a lide entre as partes, quanto na esfera coletiva, norteador o julgamento dos vários recursos que tratam de idêntica questão de direito. Outrossim, fica evidente que a corte percebeu que, em respeito ao princípio da duração razoável do processo e da proporcionalidade, deve-se buscar a solução que se encaixe melhor com o interesse da coletividade, mesmo que isso implique na insatisfação de um litigante.¹⁴⁴

¹⁴³ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. QO no REsp 1.063.343/RS questão de ordem no recurso especial. Min. Rel. Nancy Andrigli. Corte Especial. Julgado em 17/12/2008. DJe 04/06/2009. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=1063343&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=6>.

¹⁴⁴ LOURENÇO, Haroldo. **Desistência da pretensão recursal no julgamento por amostragem em recursos repetitivos. Uma proposta.** Disponível em <http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/HaroldoLourenco.pdf>. Acessado em 07/04/2010.

Neste sentido, mister destacar as palavras da Min. Nancy Andrichi¹⁴⁵, que em seu voto afirmou que:

Entender que a desistência recursal impede o julgamento da idêntica questão de direito é entregar ao recorrente o poder de determinar ou manipular, arbitrariamente, a atividade jurisdicional (...), podendo ser caracterizado como verdadeiro atentado à dignidade da Justiça.

Finalmente, fica explícito o posicionamento do STJ no sentido de privilegiar o interesse coletivo em detrimento do individual, vez que a corte na realidade não está julgando um caso concreto, mas uma tese jurídica que posteriormente virá a ser aplicada aos recursos especiais sobrestados na origem.¹⁴⁶

3. 6. Resultado da nova metodologia de processamento do recurso especial

A premissa da implantação da Lei 11.672/08 se resguarda em reduzir a excessiva quantidade de processos em curso no Superior tribunal de Justiça. Nesta seara, em mais de 12 meses de vigência, a nova norma reduziu em 34% o número de processos que subiram para a Corte.¹⁴⁷

A racionalização do tramite do recurso especial, contudo, já se iniciou, o que alias já se mostrava urgente, pois conforme declaração do presidente do STJ, Min. Humberto Gomes de Barros, no ano de 2007 aquela corte julgou mais de 300 mil processos, sendo que 74% referentes a matérias já pacificadas naquele Tribunal. E, o mais grave, o julgamento desses recursos meramente repetitivos gerou um gasto para o Judiciário correspondente a mais de R\$ 175 milhões.¹⁴⁸

¹⁴⁵ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. QO no REsp 1.063.343/RS questão de ordem no recurso especial. Min. Rel. Nancy Andrichi. Corte Especial. Julgado em 17/12/2008. DJe 04/06/2009. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=1063343&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=6>. Acessado em 30/04/2010.

¹⁴⁶ LOURENÇO, Haroldo. **Desistência da pretensão recursal no julgamento por amostragem em recursos repetitivos. Uma proposta.** Disponível em <http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/HaroldoLourenco.pdf>. Acessado em 07/04/2010.

¹⁴⁷ SILVA, Luiz Fernando Martins da. **Especial repetitivo: 124 temas aguardam decisões para orientar a justiça em todo o país.** Disponível em <http://luizfernandoadv.blogspot.com/2009/08/especial-repetitivos-124-temas-aguardam.html>. Acessado em 10/11/2009.

¹⁴⁸ CAVALCANTE, Mantovanni Colares. A lei 11.672/2008 e o novo processamento de recursos especiais com identidade de matérias, em confronto com a feição transindividual do recurso extraordinário. **Revista de processo RePro** 63, ano 33, setembro de 2008, pag. 187.

Não obstante, conquanto a Lei dos recursos repetitivos esteja se mostrando como meio eficaz na redução dos processos no STJ assim como resolvendo a morosidade que assombra o judiciário, muitas são as críticas à referida norma, assim como à Resolução nº 08/2008. Um dos principais argumentos remete-se as lacunas presentes na Lei, vez que ela não disciplinou inúmeras questões, de forma que vem sendo sustidas dúvidas quanto qual seria a solução adequada. Deve-se, todavia consignar o papel do STJ neste aspecto, na medida em que ele está apresentando soluções adequadas para essas questões. Essa afirmação fica ainda mais palpável na análise da solução dada pela referida corte no tema referente a desistência do recurso especial afetado a sistemática do art. 543-C do CPC.

Neste sentido, cabe ao STJ e aos tribunais de origem, além de regulamentarem a aplicação da Lei 11.672/08, também estabelecerem entendimentos sobre matérias não antecipadas pelo legislador na edição da aludida norma.

CONCLUSÃO

O direito surgiu da necessidade de se estabelecer normas de conduta para a convivência harmônica, estabelecendo meios de solucionar conflitos. Neste sentido, a parte muitas vezes irrequieta com o provimento jurisdicional, busca recorrer das decisões, muitas vezes com fundamentos despropositados. Destarte, o Código de Processo Civil estabeleceu requisitos para a admissibilidade desses recursos, concernentes tanto a estrutura extrínseca quanto à matéria neles veiculada.

Segundo o contexto ora apresentado estabeleceu-se requisitos de admissibilidade, sendo estas condições que devem estar presentes na peça recursal, devendo sua análise sempre preceder o mérito do recurso. Uma vez proferido juízo de admissibilidade positivo, possibilita-se a análise do juízo de mérito do recurso.

O recurso especial foi instituído junto com o Superior Tribunal de Justiça, pela Constituição Federal de 1988, com a competência de tratar as questões infraconstitucionais, tendo como elemento balizador de sua criação desobstruir o Supremo Tribunal Federal que já vivia a sua crise em decorrência do acúmulo de processos.

A Lei 11.672/08, que incluiu o artigo 543-C no Código de Processo Civil, instituiu uma nova espécie de processamento para os recursos especiais que versem sobre idêntica questão de direito. O objetivo do legislador na instituição da referida norma remete-se à inserção do art. 543-B no CPC sobre o instituto da repercussão geral, observadas as distinções apontadas no presente estudo.

Para a materialização das finalidades da nova Lei, ela estabelece como regra a reunião e sobrestamento dos recursos especiais na origem sempre que a matéria versada for conexa, subindo ao STJ apenas um ou alguns representativos da controvérsia cujo julgamento

afetará a todos os demais recursos sobrestados, na medida em que as decisões divergentes se submeterão ao efeito de retratação. Ademais, na hipótese de ignorado o entendimento apresentado pelo STJ, será o apelo especial submetido ao exame de admissibilidade, segundo os §§ 7º e 8º do art. 543-C do CPC. A inadmissibilidade, se motivada na circunstância da decisão não ter sido modificada pelo tribunal de origem, estará viciada tendo em vista que o STJ fatalmente irá alterar o *decisium* recorrido.

A Resolução nº 08/08 do STJ, com o escopo de regulamentar o processamento e julgamento dos recursos repetitivos, normatizou critérios acerca dos critérios de seleção dos recursos paradigmas de modo a otimizar a regra insculpida no art. 543-C do CPC. Outrossim, reforçou algumas disposições trazidas pela Lei ora apontada de modo a conhecer acerca da necessidade intervenção do *parquet* vez que se trata de questão de interesse público assim como a possibilidade de ser chamado ao processo o *amicus curiae* sempre que a natureza da causa pedir, tendo este dispositivo o escopo precípua da concretização dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Acerca dos efeitos decorrentes do julgamento do recurso especial pelo novo modelo de processamento, primeiramente observa-se a impossibilidade de desistência do recurso, consoante decisão da Corte Superior. Outrossim, observa-se que os entendimentos firmados pelo STJ no julgamento dos recursos repetitivos a presença de um caráter pseudo vinculante nestas decisões, vez que conquanto seja deferida nova possibilidade de análise ao órgão *a quo* dos recursos cujas decisões recorridas se contraponham a disposição apresentada por aquela corte (juízo de retratação), os tribunais de segunda instância não são obrigados a alterar sua decisão, hipótese em que será realizada a admissibilidade do recurso especial.

Quanto ao estudo efetuado sobre o direito do recorrente em desistir do recurso especial afetado a sistemática da Lei nº 11.672/08 foi verificado que o STJ se posicionou no sentido de sua impossibilidade, vez que neste contexto busca-se a concretização do interesse privado. Outrossim, ressaltou que o reconhecimento da desistência afrontaria o direito a razoável duração do processo, tendo em vista que deveriam ser realizados novamente todos os procedimentos de análise dos recursos a fim de escolher novas peças paradigmas.

Finalmente, observa-se que a nova Lei dos recursos repetitivos está concretizando seus objetivos, se mostrando como uma solução eficaz para solucionar o excessivo número de processos em cursos nos tribunais do país.

REFERÊNCIA

- ALVIM, J. E. Carreira. **Alguns Aspectos dos Recursos Extraordinário e Especial na Reforma do Poder Judiciário** (EC n. 45/2004). Reforma do Judiciário: Primeiros Ensaios Críticos sobre a EC n. 45/2004. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- ANDRADE, Fábio Martins de. Procedimentos ao Processamento e Julgamento de Recursos Repetitivos – anotações à resolução do STJ n. 8, de 7 de agosto de 2008. (Regulamenta a Lei n. 11.672/2008) **Revista Dialética de Direito Processual** nº 67: Outubro de 2008.
- ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2. Ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao código de processo civil**. Volume V. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- BARBOSA MOREIRA, Jose Carlos. **Comentários ao código de processo civil**. Vol. V. 22. ed. Rio de janeiro: Editora Forense, 2002.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. Volume II. 2. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 1999.
- CARNEIRO, Athos Gusmão. **Recurso Especial, Agravos e Agravo Interno**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.
- CAVALCANTE, Mantovanni Colares. A lei nº 11.672/2008 e o novo processamento de recursos especiais com identidade de matérias, em confronto com a feição transindividual do recurso extraordinário. **Revista de Processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008.
- CRISPIN, Mirian Cristina Generoso Ribeiro. **Recurso especial e recurso extraordinário**. São Paulo: Editora Pilares, 2006.
- COUTO, Monica Bonetti. **Juízo de admissibilidade e juízo demérito dos recursos**. Revista forense. Vol nº 394.
- FUX, Luiz. **A desistência recursal e o recurso repetitivo**. Disponível em http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/27102/Desist%C3%AAncia_Recursal_Recurso.doc.pdf?sequence=1. Acessado em 02/04/2010.
- GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 6 ed. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1993.
- HERKENHOFF FL, Helio Estellita. **Mérito da demanda e mérito do recurso**. Disponível em <http://jusvi.com/artigos/1898>. Acessado em 13/09/2009.
- JORGE, Flávio Cheim; RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito dos Recursos**. Aspectos Polêmicos e atuais dos Recursos Cíveis, de acordo com a Lei 10.352/2001. Vol. V. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- MANCUSO, Rodolfo Camargo. **Recurso Extraordinário e Recurso Especial**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Jose Frederico. **Instituições de direito processual cível**. Campinas: Millenium, 1999.

MELLO, Rogério Licastro Torres de. **Recurso especial e extraordinário. Repercussão geral e atualidades**. São Paulo: Método, 2007.

MIORELLI, Zilá T. **Breves considerações sobre os artigos 543-A, 543-B e 543-C do CPC**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12731>. Acessado em 10/04/2010.

NERY Jr, Nelson; ANDRADE, Rosa Maria. **Código de processo civil comentado e legislação civil extravagante em vigor**. 3. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

NETTO, Nelson Rodrigues. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (Lei nº 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de Processo RePro** 163, ano 33, setembro de 2008.

POMAR, João Moreno. **Considerações sobre o recurso especial repetitivo**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/oabeditora/users/revista/1235067024174218181901.pdf>. Acessado em 08/03/2010.

RAMOS, Glauco Gumerato. **Repercussão geral na teoria dos recursos: juízo de admissibilidade. Algumas observações**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7858>. Acessado em 18/09/2009.

REsp 1099554 / SP Recurso especial 2008/0243268-6. Min. Rel. Castro Meira. Publicado no DJe em 23/06/2009.

SANTOS, Luiz Wanderley dos. **Recurso especial**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=858>. Acessado em 01/10/2009.

SANTOS, Moacyr Amaral, 1902-1983. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SERAU Jr; MARCO, Aurélio. **Recursos especiais repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Do recurso extraordinário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.

SILVA, Olividio A. Batista da. **Curso de processo civil**. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SILVEIRA, Díbulo Calábria Coutinho. **A celeridade processual, as decisões judiciais paradigmáticas no STF e STJ e a Lei 11.672, de 8 de maio de 2008**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/ena/users/gerente/122598432264174131941.pdf>. Acessado em 10/04/2010.

SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e a ação rescisória**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgRg no Ag 22023 / DF Agravo regimental no agravo de instrumento 1992/0010791-5. Min. Rel. Demócrito Reinaldo. 1ª Turma. Julgado em

09/09/1992. DJ 13/10/1992, p. 17662. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=22023&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=8>. Acessado em 10/04/2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Informativo nº 0424 de 22 a 26 de fevereiro de 2010. Corte especial. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/infojur/doc.jsp>. Acessado em 26/04/2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 653233 / RS Recurso especial 2004/0058027-1. Min. Rel. Humberto Martins. 2ª Turma. Julgado em 24/10/2006. DJ 07/11/2006, p. 283. disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=653233&b=ACOR. Acessado em 10/04/2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 815123 / SC Recurso especial 2006/0019631-0. Min. Rel. Luiz Fux. 1ª Turma. Julgado em 21/09/2006. DJ 05/10/2006, p. 262. disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=815123&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=3>. Acessado em 10/04/2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 845931 / SC Recurso especial 2006/0111359-9. Min. Rel. Castro Meira. 2ª Turma. Julgado em 19/10/2006. DJ 31/10/2006, p. 269. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=845931&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=2>. acessado em 10/04/2010.

SUPERIOR TRIBUNAL D JUSTIÇA. AgRg nos EREsp 855436 / RS Agravo regimental nos embargos de divergência no recurso especial 2006/0279951-5. Min. Rel. Eliana Calmon. 1ª Seção. Julgado em 14/03/2007. DJ 16/04/2007, p. 163. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=855436&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=8>. acessado em 10/04/2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp. 38867/RJ. Min. Rel. Adhemar Maciel. Sexta turma. Publicado no DJ em 13/05/1996 p. 15577. disponível em <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=38867&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=10>. acessado em 30/04/2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp. 881285/RJ Recurso especial 2006/0193704-3. Min. Rel. Eliana Calmon Passos. 2ª Turma. Julgado em 20/11/2008. DJe 17/12/2008. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=881285&b=ACOR. Acessado em 10/04/2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 1099554 / SP Recurso especial 2008/0243268-6. Min. Rel. Castro Meira. 2ª Turma. Julgado em 09/06/2009. Publicado no DJe em 23/06/2009. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=1099554&b=ACOR. Acessado em 10/04/2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EREsp 116038 / DF Embargos de divergência no recurso especial 1997/0068064-9. Min. Rel. Luiz Vicente Cernicchiaro. 3ª Seção. Julgado em 11/02/1998. DJ 20/04/1998, p. 18.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. QO no REsp 1.063.343/RS questão de ordem no recurso especial. Min. Rel. Nancy Andrighi. Corte Especial. Julgado em 17/12/2008. DJe 04/06/2009. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=1063343&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=6>. Acessado em 30/04/2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Medida cautelar em ação cautelar 212. Min. Rel. Marco Aurélio. 1ª turma. Julgado em 01/06/2004. DJe 10/09/2004. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=ac212&base=baseAcordaos>. Acessado em 30/04/2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Questão de ordem na petição. Min. Rel. Sepúlveda Pertence. 1ª turma. Julgado em 27/09/2005. DJe 21/10/2005. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=QO3515MS&base=baseAcordaos>. Acessado em 30/04/2010

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Súmula nº 280: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário” disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=280.NUME.NAO.S.FLSV.&base=baseSumulas>. Acessado em 10/04/2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Súmula nº 640: “É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial.”. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=640.NUME.NAO.S.FLSV.&base=baseSumulas>. Acessado em 10/04/2010.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Apelação cível 2008 01 1 025947-9. Des. Rel. Sérgio Bittencourt. 4ª turma cível. DJe 07/10/2008. Disponível em: <http://tjdf19.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgi1?NXTPGM=plhtml06&ORIGEM=INTER&CDNUPRO C=20080110259479APC>. Acessado em 26/04/2010.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE. Agravo regimental na apelação cível 2009.012923-5/0001.00. Des. Rel. Vivaldo Pinheiro. 3ª Câmara Cível. Julgado em 10/04/2010. DJe 12/04/2010. Disponível em: <http://www2.tjrn.jus.br/cposg/servlet/ServletArquivo?cdProcesso=0100035PO0010&nuSeqProcessoMv=5&tipoDocumento=D&nuDocumento=468629&pdf=false>. Acessado em 26/04/2010.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. Súmula nº 16. Disponível em: <http://www.trf2.jus.br/jurisprudencia/Paginas/conteudo.aspx?Content=61D828BD9F277342E333ABAC0A19DEB8>. Acessado em 10/04/2010.

WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. **Reforma do judiciário – primeiras reflexões sobre a emenda constitucional 45/2004**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.